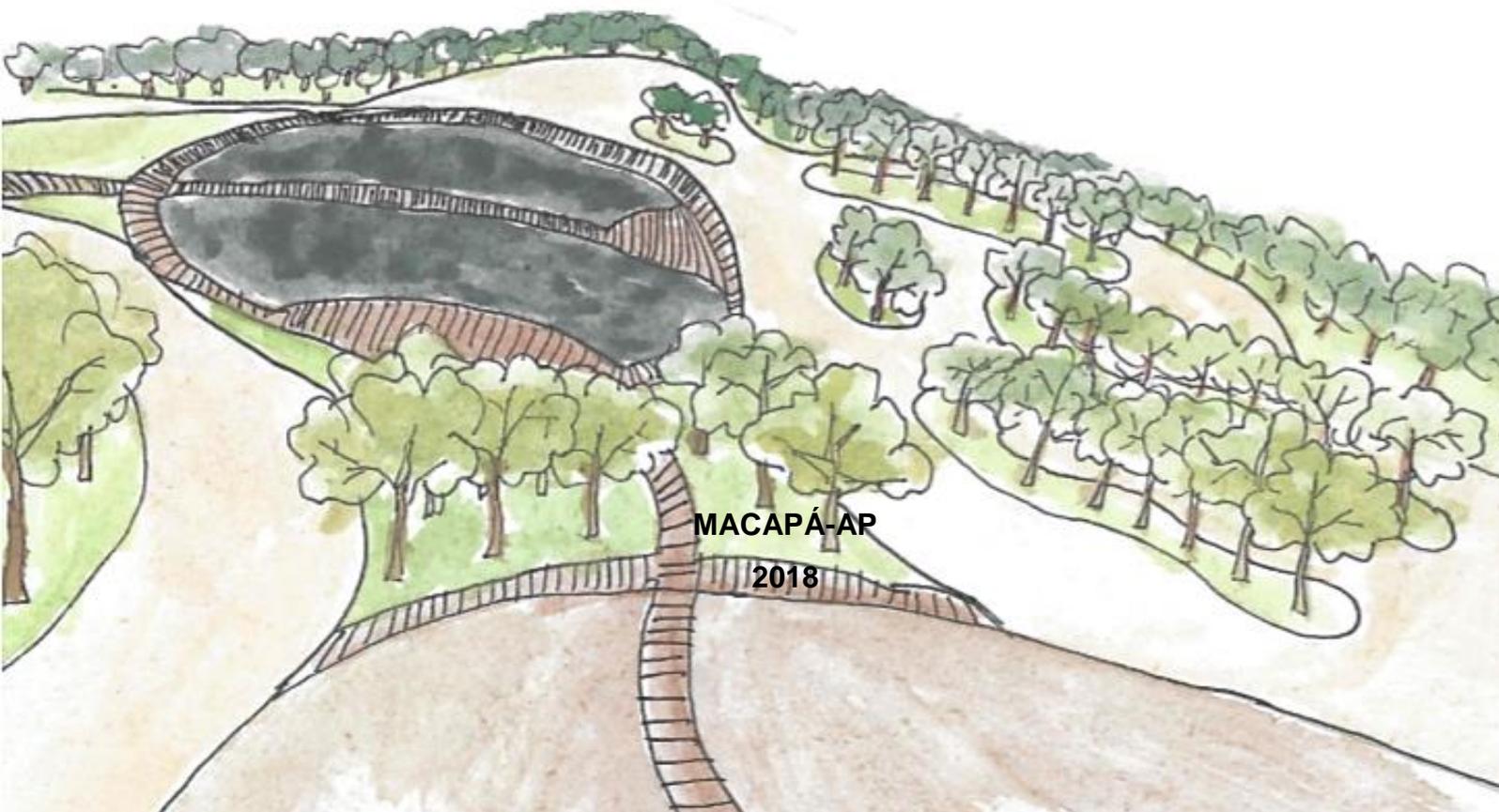




UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAPÁ
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS EXATAS E TECNOLÓGICAS
BACHARELADO EM ARQUITETURA E URBANISMO

ADRIELY LIMA DIAS

PRAÇAS PARA O ELESBÃO: PROPOSTA DE NOVOS ESPAÇOS LIVRES



MACAPÁ-AP
2018

ADRIELY LIMA DIAS

**PRAÇAS PARA O ELESBÃO: PROPOSTA DE NOVOS ESPAÇOS
LIVRES**

Monografia apresentada ao curso de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal do Amapá como requisito parcial à obtenção do título de Bacharel em Arquitetura e Urbanismo.

Orientador: Prof. Dr. José Marcelo Martins Medeiros

MACAPÁ-AP

2018

ADRIELY LIMA DIAS

**PRAÇAS PARA O ELESBÃO: PROPOSTA DE NOVOS ESPAÇOS
LIVRES**

Monografia apresentada ao curso de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal do Amapá como requisito parcial à obtenção do título de Bacharel em Arquitetura e Urbanismo.

Orientador: Prof. Dr. José Marcelo Martins Medeiros

Macapá, ____de_____de_____.

Banca Examinadora

Prof. Dr. José Marcelo Martins Medeiros

Profª. Me. Géssica Nogueira dos Santos

Arquiteta Rosana Palmerim

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Biblioteca Central da Universidade Federal do Amapá
Bibliotecária Orinete Costa Souza CRB-11/920

711.5

D541p Dias, Adriely Lima.

Praças para o Elesbão: proposta de novos espaços livres / Adriely Lima Dias ; orientador, José Marcelo Martins Medeiros. -- Macapá, 2018.

60 f.

Trabalho de conclusão de curso (Graduação) – Fundação Universidade Federal do Amapá, Coordenação do Curso de Arquitetura e Urbanismo.

1. Planejamento urbano. 2. Praças 3. Espaço público. 4. I. Medeiros, José Marcelo Martins, orientador. II. Fundação Universidade Federal do Amapá. III. Título.

*“A arquitetura é a arte que
determina a identidade de nosso tempo e
melhora a vida das pessoas.”*
(Santiago Calatrava)

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Área no bairro Elesbão, em Santana – AP.....	8
Figura 2 – Ruas em Santana – AP e em São Paulo – SP, respectivamente.....	9
Figura 3 – Crianças brincando na rua e tipologia de casas do bairro.....	10
Figura 4 – Calçamento adequado para os espaços públicos.	15
Figura 5 – Parque Madrid Rio, na Espanha.....	16
Figura 6 – Espaço Público de uma cidade.	17
Figura 7 – O Espaço e seus subespaços.	19
Figura 8 – Esquematisação das funções dos espaços livres urbanos.	20
Figura 9 – Relação entre o espaço e seus componentes.....	21
Figura 10 – Espaço Livre Urbano.	24
Figura 11 – Ágora.....	26
Figura 12 – Praça do período medieval em San Gimignano, Itália.....	27
Figura 13 – Praça de São Marcos do período Renascentista, em Veneza.	28
Figura 14 – Parque Englischer Garten, em Munique.....	29
Figura 15 – Edifício Louveira, São Paulo.	30
Figura 16 – Representação de organização espacial indígena.	31
Figura 17 – Antiga praça cívica Doutor Pedro Teixeira, Goiânia.....	32
Figura 18 – Praça Victor Civita, São Paulo.	34
Figura 19 – Praça Lovejoy, EUA.	35
Figura 20 – Praça Levinson, EUA.	36
Figura 21 – One Island East, China.....	37
Figura 22 – Praça do Japão, em Curitiba.	38
Figura 23 – Praça Victor Civita, SP.	38
Figura 24 – Praça Brascan Century, São Paulo.	39
Figura 25 – Praça Batista Campos, em Belém.....	40
Figura 26 – Praça dos Bambus, em Boa Vista.	41
Figura 27 – Praça Floriano Peixoto, em Macapá.....	41
Figura 28 – Localização do espaço livre público no contexto da cidade.	42
Figura 29 – Zoneamento Urbano da cidade de Santana.....	43
Figura 30 – Hierarquização viária.....	44

Figura 31 – Identificação dos usos, via principal e percurso do pedestre.	45
Figura 32 – Planta de localização com indicações dos pontos importantes.	46
Figura 33 – Identificação dos sistemas naturais e áreas impermeabilizadas.	47
Figura 34 – Predomínio de casas de madeira no bairro Elesbão.	47
Figura 35 – Elementos de informação no bairro Elesbão.	48
Figura 36 – Ausência de calçamento e acostamento adequado no bairro.	48
Figura 37 – Planta Baixa da área e dados para o projeto.	49
Figura 38 – Plano Conceitual do projeto	51
Figura 39 – Partido Arquitetônico do projeto.	52
Figura 40 – Vista A: Praça Esportiva.	53
Figura 41 – Vista B: Feira Hortifrutigranjeira.	53
Figura 42 – Vista C: Praça de Contemplação.	54
Figura 43 – Praça Central.	55

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	7
PROBLEMA	9
JUSTIFICATIVA	11
1 OBJETIVOS	12
1.1 OBJETIVOS GERAIS	12
1.2 OBJETIVOS ESPECIFICOS	12
2 METODOLOGIA	12
3 REFERENCIAL TEÓRICO	13
3.1 ESPAÇOS PÚBLICOS	13
3.2 SISTEMA DE ESPAÇOS LIVRES	19
3.3 PRAÇAS URBANAS.....	26
3.3.1 Análise Histórica	26
3.3.2 Praça Brasileira.....	31
4 REFERENCIAL ANALÍTICO	35
4.1 PRAÇA LOVEJOY.....	35
4.2 PRAÇA LEVINSON	35
4.3 PRAÇA ONE ISLAND EAST	36
4.4 PRAÇA DO JAPÃO	37
4.5 PRAÇA VITOR CIVITA.....	38
4.6 PRAÇA BRASCAN CENTURY	39
4.7 PRAÇA BATISTA CAMPOS	39
4.8 PRAÇA DOS BAMBUS.....	40
4.9 PRAÇA FLORIANO PEIXOTO	41
5 DIAGNÓSTICO	42
5.1 ÁREA DE ESTUDO	42
5.2 ANÁLISE DE USO E OCUPAÇÃO DO SOLO URBANO.....	43
5.3 ANÁLISE IN LOCO	45
6 PLANO CONCEITUAL	50
7 PARTIDO	51
CONSIDERAÇÕES FINAIS	55
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	57

INTRODUÇÃO

A cidade é uma aglomeração humana que cresce e se desenvolve a partir das relações sociais e o espaço social, estabelecidos por razões históricas e socioeconômicas. Logo, modificações na malha urbana ocorrem constantemente ao longo do tempo, devido as novas buscas de áreas de ocupação, alterando a dinâmica do espaço urbano e formando novos bairros na cidade. O problema é que, muitas vezes, essa expansão urbana ocorre sem o devido planejamento, desprezando-se medidas importantes para o aperfeiçoamento da qualidade destes espaços.

No que concerne estes aperfeiçoamentos, para Cunha e D'Agostini (2007), a inserção de espaços livres de qualidade são fundamentais, por contribuírem na melhoria do ambiente urbano, tanto em sua funcionalidade e estética, quanto em suas esferas ambientais e sanitárias, além de proporcionar condições de lazer. São espaços que permitem o livre acesso e abrigam diversas funções ligadas diretamente na habitualidade do ambiente urbano.

Miranda Magnoli (1982) descreve que os espaços livres urbanos são as ruas, avenidas, praças, jardins públicos ou privados, praias urbanas ou simples vazios urbanos. Tângari et. al. (2009) ratifica esta afirmação e reitera que os espaços livres nas paisagens brasileiras expressam variadas associações, conflitos e contradições relativos aos seus aspectos sociais e culturais e à sua relação com as formas construídas.

As praças, como componentes desses espaços, representam a síntese da cultura urbana do local em se insere. São áreas verdes, que promovem o lazer, a diversidade e a inclusão social, funções essenciais para a vida coletiva. Consideradas as coletoras e distribuidoras das energias das ruas e edificações nos bairros onde se localizam, no qual agem diretamente na interação espaço – vida social – existência humana. Tendendo a ser portanto, um instrumento urbano, pelo qual se promove a consciência social, necessária para a dinâmica civilizatória (MAGNOLI, 2006).

Diante disso, o trabalho propõe estudar os espaços livres públicos do município de Santana, localizado próximo a capital do estado do Amapá, devido a cidade expressar problemas em seu ambiente urbano, no que concerne esses quesitos. Concentrou-se o desenvolvimento do trabalho em uma área do bairro

Elesbão, diagnosticando as carências e potenciais existentes nos seus espaços de vida coletiva (Figura 1).

Figura 1 – Área no bairro Elesbão, em Santana – AP.



Fonte: Acervo próprio. 2017.

PROBLEMA

A maioria das cidades brasileiras possuem um sistema de espaços livres formado a partir de ocupações e intervenções espontâneas, as quais demonstram o descaso do Poder Público para com a construção da paisagem urbana. Como é o caso de São Paulo, em que “O sistema de espaços livres [...] foi (mais) fruto do acaso e da somatória das ações dos empreendedores privados, que da ação premeditada por parte do poder público. Essa forma de produção do espaço urbano, dirigida, como é, por interesses privados, resultou num sistema de espaços livres, que se distancia das condições que propiciam melhor qualidade de vida para a população da cidade.” (MENNEH, 2002, p. 200).

Além disso, a falta de manutenção dos ambientes públicos colaboram ainda mais para a degradação dos espaços de uso coletivo das cidades brasileiras. É comum identificar postes de iluminação sem funcionamento, bancos de praças danificados, ruas com má pavimentação, vegetação espontânea em excesso nos municípios do país (Figura 2).

Figura 2 – Ruas em Santana – AP e em São Paulo – SP, respectivamente.



Fonte: Site G1 e Estadão.¹

Na região Norte, segundo Tostes 2011: “o modelo de política urbana vigente resulta como consequência a expansão das cidades de forma desordenada e com baixo padrão de vida” (TOSTES, p. 1, 2011), onde boa parte da população é de baixa renda e vivem em locais impróprios para moradia. Visto que “os investimentos público-privados fomentaram o crescimento espacial das cidades, mas não o desenvolvimento, a mobilidade e habitabilidade” (TOSTES, p. 1, 2011). O que sugere ser a causa dos numerosos problemas sociais e ambientais da região.

¹Disponível em: < <http://g1.globo.com/ap/amapa/noticia/moradores-de-santana-no-ap-fazem-plantacao-no-meio-da-rua-para-reclamar-de-buracos.ghtml> e <http://sao-paulo.estadao.com.br/blogs/blitz-radio-estadao/moradores-em-situacao-de-rua-e-lojistas-reclamam-de-albergue/> >. Acesso em: 17 de jul. 2017.

Fato observado em Santana, município do estado do Amapá, que com a criação do Território, a implantação do Projeto ICOMI e posteriormente a implantação da Área de Livre Comércio, ocasionou no final da década de 1980, um processo de ocupação desordenada do espaço, corroborando em uma nítida desestruturação urbana dentro da cidade (TOSTES, 2012).

Se percebe portanto, que em muitos bairros de Santana, falta um planejamento urbano que adeque seus espaços livres. O bairro Elesbão, objeto de estudo, demonstra claramente esse problema. Um bairro periférico, localizado próximo à área portuária e ao centro da cidade, compõe-se por grandes áreas verdes de vegetação nativa, áreas de ressaca e de várzea, em que se constata uma desordem dos seus espaços construídos.

As edificações disputam lugar no aglomerado urbano que se formou espontaneamente, concentrando a ocupação nas áreas úmidas do local através das residências sobre palafitas, ocasionando uma centralização dos espaços construídos próximos aos corpos hídricos, que sem uma estruturação urbana coerente com as especificidades locais, resultam na expansão desordenada do espaço construído.

Além disso, não há espaços livres públicos e equipamentos urbanos que atendam às necessidades dos moradores. A ausência de iluminação nas ruas no período noturno, eleva o índice de criminalidade, que gera insegurança para quem vive no local e a falta de áreas de lazer e convivência faz com que as crianças utilizem as próprias ruas para recreação e os moradores as calçadas para interação social (Figura 3).

Figura 3 – Crianças brincando na rua e tipologia de casas do bairro Elesbão.



Fonte: Acervo próprio. 2017.

JUSTIFICATIVA

No Brasil, muitas cidades apresentam típicos problemas de áreas urbanas que tiveram um rápido crescimento e poucas medidas eficazes de ordenamento da sua malha. Como a elevada impermeabilização do solo e o aumento da concentração populacional no meio urbano com carência de áreas livres para lazer, convívio e circulação, o que ocasiona em uma baixa qualidade de vida da população. Ter um sistema de espaços livres públicos na cidade se faz essencial, por melhorar a qualidade do espaço urbano, constituindo uma boa paisagem, forma, imagem, história e memória.

Diante da importância de se ter um sistema de espaços livres públicos de qualidade no meio urbano e a insatisfatória presença desses espaços nas áreas menos favorecidas nas cidades brasileiras, a pesquisa se direciona para o estudo do bairro Elesbão, em Santana – AP, por ser um bairro que foi inicialmente apropriado de forma espontânea, sem o devido planejamento urbano de ocupação, possuidor portanto das características supracitadas, de desordenamento e desmazela de sua paisagem urbana.

Constata-se no bairro a falta de áreas de circulação e de encontro na paisagem local, para a propagação das atividades urbanas em favorecimento de uma coesão social, além da escassez de equipamentos urbanos essenciais, para atender as necessidade da população.

A pesquisa busca propor, através de objetivos gerais, um projeto paisagístico para melhoria dos espaços livres, através de uma praça cívica central e a alocação de equipamentos urbanos, garantindo assim uma melhor dinâmica do meio urbano local, resultando em melhoria na qualidade de vida dos moradores do bairro, dos comerciantes e seus locais de trabalho e ainda dos transeuntes, com adequados espaços de circulação e vivencia.

1 OBJETIVOS

1.1 OBJETIVOS GERAIS

Analisar os espaços livres públicos do bairro Elesbão e propor um Projeto Paisagístico de uma praça central, aonde estará inserido em seu entorno os principais equipamentos públicos do bairro.

1.2 OBJETIVOS ESPECIFICOS

Fazer uma revisão bibliográfica específica para construir a base teórica, analisar projetos inovadores de outros lugares, no que concerne o tema em estudo, realizar uma pesquisa de campo na área a ser projetada e seu entorno imediato e propor enfim um projeto paisagístico para a área composto áreas livres públicas e equipamentos urbanos.

2 METODOLOGIA

Para elaboração do projeto, foi-se necessária a realização de um estudo de material bibliográfico específico para construir a base teórica, sendo estes: Espaços Públicos, Sistema de Espaço Livres e Praças Urbanas. Analisou-se projetos inovadores de outros lugares, no que concerne o tema em estudo, exemplos de projetos de praças internacionais e nacionais. E ainda uma pesquisa de campo na área a ser projetada e seu entorno imediato, onde se realizou um levantamento fotográfico e observações diretas in loco, as quais resultaram em mapas analíticos. Chegando então a elaboração do projeto, a qual e iniciou a partir de croquis de plano conceitual e partido arquitetônico, para posteriormente ser desenvolvido e detalhado.

3 REFERENCIAL TEÓRICO

3.1 ESPAÇOS PÚBLICOS

Espaços públicos são essenciais no meio urbano. Uma das formas de se medir a qualidade de vida nas cidades é por meio da dimensão da vida coletiva que é percebida nos espaços públicos democráticos que nela está inserida. Tais espaços quando dotados de boas infraestruturas e equipamentos coletivos são referências de um planejamento urbano. São considerados espaços públicos os espaços livres urbanos, como parques, praças, bosques e os espaços com certas restrições de usos, como edifícios e equipamentos públicos, sendo estes os hospitais, centros culturais, entre outros (MAGNOLI, 2006).

Historicamente os espaços públicos são palco das ações da vida pública, sejam negativas, como disputas e conflitos, ou positivas, como festas e celebrações. Não podendo ser designados ao domínio particular, devendo ter seus limites, estruturas, formas e funções planejadas de acordo com a cultura e construção social de cada lugar.

A utilização dos espaços públicos pela sociedade em geral, objetiva garantir a diversidade e a alteridade no meio urbano. Na cultura grega, as Ágoras, eram os espaços públicos frequentemente utilizados como palcos de manifestações políticas e culturais da sociedade. Enquanto que atualmente, tais espaços não possuem o mesmo “status” dos tempos antigos.

Com a ascensão da burguesia capitalista, advindo da expansão das relações econômicas de mercado após a Segunda Guerra Mundial, fortificou-se a ideologia do consumismo e a necessidade do status urbano de indivíduos e grupos (MACEDO, CUSTÓDIO, 2011). A apropriação dos espaços públicos privados (como Shopping Centers) aliado as redes de comunicações contemporâneas (como as redes sociais), a internet e ainda a insegurança e o descaso para com os espaços públicos, fez com que parte da população urbana deixasse de frequentar tais locais.

Para Macedo e Custódio (2011) na contemporaneidade os espaços públicos da cidade se tornaram locais de “vitrine”, utilizado pelo homem contemporâneo para “ver e ser visto por outros”. Esse comportamento é considerado “padrão com práticas” e “código-padrão”.

Deste modo, como afirma Serpa (2004), entra-se em uso então o “repetitivo” em substituição à unicidade, fazendo com que o espontâneo e o natural decaíssem, criando assim, além de prática de gestos e atitudes repetitivas, espaços repetitivos, resultando em produtos homogêneos dentro da cidade, podendo ser vendidos, comprados e/ou copiados (SERPA, 2004).

Mesmo assim, segundo Macedo e Custódio (2011), apesar de o que está perante o “outro” ser do tipo “padrão”, o semelhante ou diferente provoca ainda uma reflexão recíproca perante esses códigos-padrão, constituindo a chamada “esfera pública geral nos espaços públicos urbanos”. Essa esfera pública geral reúne toda “[...] a construção da cidadania, do interesse público, do bem público constituído socialmente diante do conflito de interesses individuais ou de grupos [...]” (MACEDO, CUSTÓDIO et al, 2009: 3).

Os espaços públicos atuais são sucessores da Modernidade e como afirma Caldeira (2000), são espaços que promovem a desigualdade e a segregação, os quais possibilitam encontros impessoais e anônimos. Sendo assim, “o espaço público é o lugar das indiferenças, ou seja, onde as afinidades sociais, os jogos de prestígio, as diferenças, quaisquer que sejam, devem se submeter às regras da civilidade” (GOMES, 2002, p. 162).

Compreende-se então, que o espaço público da contemporaneidade reflete primeiramente as relações de produção e de poder, ocorrendo acordos entre os poderes públicos e as empresas privadas para se investir em espaços públicos “visíveis”, principalmente nas grandes cidades, fortalecendo a economia dos centros e do turismo (ANGELO SERPA, 2003).

Essa criação de “grifes” do mercado imobiliário, geram espaços públicos que exacerbam o valor fundiário e são acessíveis apenas aos bairros de classe média, adepta da homogeneidade cultural. Enquanto que as classes mais populares permanecem à margem da sociedade física e espacial, havendo pouco sentimento de identidade para com tais espaços (ANGELO SERPA, 2003).

Os espaços públicos podem ser de circulação, convívio, lazer e recreação. As ruas, como parte integrante desses espaços, devem ser destinadas a compreender tanto a escala dos veículos quanto a escala do pedestre, por meio de calçamentos adequados, com largura ideal, sem obstáculos, metragem regular e bom estado de conservação (Figura 4).

Existem também os espaços de transição, os quais podem ser as áreas ao entorno de uma edificação. E ainda os espaços que modificam seus usos em determinados períodos, como os espaços abandonados durante os dias de semana, enquanto que nos finais de semana são intensamente ocupados por feiras ou eventos culturais.

Figura 4 – Calçamento adequado para os espaços públicos.



Fonte: Site Archdaily².

Quanto as praças e parques urbanos, é importante que haja maior igualdade de distribuição dessas áreas nas cidades brasileiras e que quando implantados, mantenha-se uma rotina de manutenção dos seus equipamentos, como portes de iluminação e limpeza. Modificando o que ainda acontece no país, em que ocorre uma concentração e melhor manutenção desses espaços livres públicos em bairros centrais e da classe média e alta (OLIVEIRA, MASCARÓ, 2007).

Utilizados também como áreas de convívio, lazer e recreação coletiva, as praças e parques ainda possuem forte significado nas cidades (Figura 5). O “ver e ser visto por todos” aplicado na esfera pública geral se mantém nos dias atuais, apesar de a “visão” que se têm muitas vezes ser seletiva, como ocorre em espaços públicos segregadores das classes sociais. A “vista” desses espaços é seletiva, no que concerne a algumas áreas públicas predominar a ocupação das classes populares e em outras as classes médias e altas.

²Disponível em: < <http://www.archdaily.com.br/br/873487/8-principios-para-projetar-calcadas-seguras-e-acessiveis-novo-manual-da-wri-brasil> >. Acesso em: 30 de jun. 2017.

Figura 5 – Parque Madrid Rio, na Espanha.



Fonte: Site Like a Local Guide³.

No Brasil, é perceptível que os espaços públicos nos centros das cidades são mais comuns, melhor mantidos e equipados, em comparação as áreas periféricas, ocorrendo a diminuição e a conservação desses espaços conforme o distanciamento do centro. Há uma negligência do poder público em criar estratégias de interesse coletivo para se distribuir democraticamente estas áreas na malha urbana (OLIVEIRA, MASCARÓ, 2007).

Isso inclui também os espaços públicos de preservação ou conservação ambiental. A delimitação física desses espaços naturais (como as zonas de proteção e conservação), inseridos nas áreas periurbanas, possuem muitas vezes, uma abrangência física desproporcional aos espaços públicos de uso direto nas cidades. O que acaba resultando em um embate social, pela ocupação dessas áreas, em prol do cumprimento das funções urbanas.

Para um bom desenvolvimento de uma cidade, é necessário haver uma moldagem harmônica de seu tecido urbano, Como afirma Rykwert (2004) ao dizer que: "... o sucesso de uma cidade não pode ser avaliado em termos de crescimento econômico e de participação nos mercados que possa ter conseguido capturar, ou mesmo em termos de sua posição no processo de globalização... mas depende da força inerente do tecido urbano e da sua disponibilidade para as forças sociais que moldam a vida de seus habitantes" (RYKWERT, 2004, pág. 9).

³Disponível em: < <https://www.likealocalguide.com/madrid/madrid-rio-park> > Acesso em 30 de jun. 2017.

Os espaços públicos devem ser planejados, de forma a promover a sua apropriação pela sociedade, levando em conta os aspectos sociais e ambientais de cada lugar. Para promoverem a vida coletiva em favor de todas as raças e classes sociais. Não sendo possível o espaço coletivo existir como fato físico unitário e reconhecível, e sim como um espaço aberto, no qual ocorre a apropriação pela coletividade que a utiliza. Quanto maior for o público que utiliza o espaço, ou o reconhece, e quanto mais longo for o período histórico no qual ele têm influência, maior é o seu significado (ROMERO, 2001).

Tais locais quando são formados em acordo com as peculiaridades existentes na região, geram mais facilmente a relação de identidade e de pertencimento pela população, o que resulta em maior número de pessoas que os utilizam, por um período maior de tempo e ainda uma melhor preservação física desses espaços (Figura 6).

Figura 6 – Espaço Público de uma cidade.



Fonte: Site Douro Valley⁴.

Para o urbanismo, a produção do espaço público está estritamente relacionada com o ordenamento, desenvolvimento e gestão da cidade. Isso significa gerar segurança, relações de convívio e agradáveis ambientes urbanos para intercâmbio de bens e ideias.

A utilização dos espaços públicos pela burguesia para “ver e ser visto”, se intensificou a partir do século XIX, quando se criaram as políticas de embelezamento

⁴ Disponível em: < <http://www.dourovalley.eu/poi?id=8186> >. Acesso em: 30 de jun. 2017.

da cidade, com certa monumentalidade de algumas áreas, as quais eram utilizadas pela minoria das classes altas.

O processo de democratização dos espaços públicos se deu posteriormente de forma contraditória e não linear. Mesmo quando as classes menos favorecidas aclamavam por áreas de lazer, muitas cidades acabaram por substituir os espaços públicos por vias motorizadas e se multiplicavam os condomínios fechados dentro das periferias. Evidenciando que diferenças de interesse quanto ao uso do espaço urbano sempre existirá.

Por isso, se faz necessário haver uma proposta de desenvolvimento equilibrado, estabelecendo-se ajustes entre o edificado e o não edificado. Distinguindo o que gerará renda e o que será público, equipamento, habitação, atentando para as especificidades e história de cada lugar, para que não se perca sua essência, sua originalidade, características que constituem a memória urbana.

Ou seja, ao se pensar o espaço público, é preciso levar em conta tanto a opinião dos planejadores, quanto a opinião dos atores sociais. Havendo uma gestão participativa para resolver os conflitos de interesse quanto ao uso destas áreas e ainda a participação contínua na avaliação dos espaços públicos com o passar do tempo. É essencial que a atividade econômica da cidade contribua para a geração desses espaços, pois espaço público de qualidade gera melhor competitividade econômica no meio urbano.

Os espaços públicos livres de uma cidade, como parques, praças, bosques e ruas, são elementos de diferentes escalas, que em suas singularidades, influenciam uns aos outros resultando na dinâmica dos espaços livres do meio urbano, compondo o que é chamado de sistema de espaços livres.

3.2 SISTEMA DE ESPAÇOS LIVRES

A qualidade de vida nas cidades está intimamente ligada a qualidade do seu espaço urbano, sendo a configuração física do espaço livre fator de grande influência. Espaço livre significa muito mais do que o vazio no desenho do espaço edificado. O espaço livre privado e público, rege as condições de organização da vida coletiva. O desenho da distribuição dos espaços livres, a partir dos agrupamentos edificados, por mais variado e indefinido que seja, identifica os valores que se segue no cotidiano na vida urbana.

O espaço livre, segundo Hijioka et al. (2007), é uma das subcategorias que o espaço apresenta. Os chamados subespaços, demonstram a complexidade e variedade de tipos de espaços existentes. Sendo assim, espaço livre se insere dentro do espaço urbano, podendo ser público ou privado (Figura 7).

Figura 7 – O Espaço e seus subespaços.



Fonte: MEDEIROS, 2016, adaptado de Hijioka et al. (p. 118, 2007).

As funções dos espaços livres são definidas por Marion Clawson (1969) – em “*Open (uncovered) space as a new urban resource*” – e traduzidas por Magnoli (2006) como:

- propiciar perspectivas e vistas do cenário urbano;
- propiciar recreação no mais lato sentido do termo, com amplo de atividades específicas;
- propiciar proteção ecológica a valores importantes, como recarga de água do subsolo, prevenção de inundações, preservação de áreas excepcionais e similares;
- servir como dispositivo ou influência para a morfologia urbana, de tal forma que parte de um extenso aglomerado seja identificado de suas vizinhanças;

• reservar presentemente áreas sem utilização para usos futuros. A ênfase no caso não é tanto no uso atual, mas na manutenção para usos mais ativos posteriormente”. (MAGNOLI, p. 179, 2006).

Há também outro tipo de classificação, abordado por Magnoli (2006) a respeito da função dos espaços livres urbanos, o qual os classifica como: para fins de produção e proteção de recursos, sanitários e sociais, corredores, extensões urbanas, segurança pública (Figura 8).

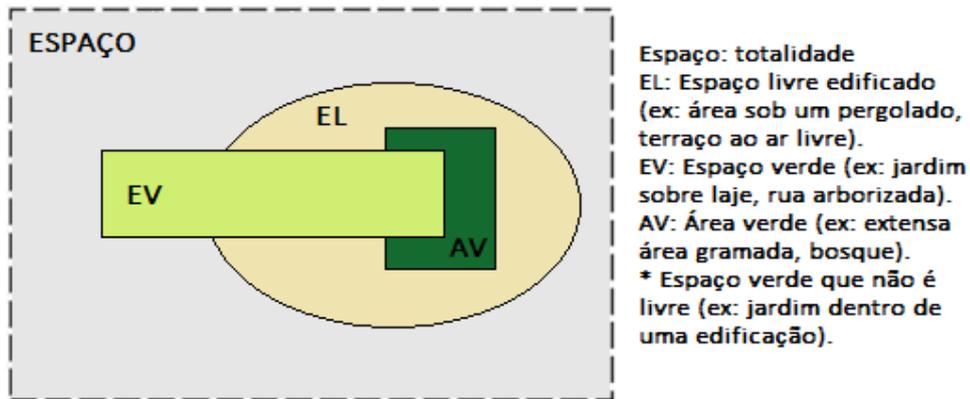
Figura 8 – Esquematização das funções dos espaços livres urbanos.



Fonte: Adaptado de MAGNOLI (p. 180, 2006).

No conceito de espaço livre não se deve confundir área verde com espaço verde. Segundo Hijioaka et al. (2007), o termo “área verde” tende-se a relacionar com qualidade ambiental e paisagística. O espaço verde pode ser totalmente ou predominantemente vegetado, mas não obrigatoriamente inserido em solo permeável. A exemplo disso, tem-se as ruas densamente arborizadas e os jardins localizados dentro das edificações (Figura 9).

Figura 9 – Relação entre o espaço e seus componentes.



Fonte: Adaptado de Hijioka et al. (p.120, 2007).

Tângari et. al. (2009), aborda o estudo dos sistemas de espaços livres a partir da afirmação de Morin (1990), a respeito do que é sistema. Desta forma a autora afirma que se trata de um objeto composto por unicidade, multiplicidade, totalidade, diversidade, organização e complexidade. O qual se constitui único e inter-relacionável com outros sistemas. Esse objeto complexo que se forma pelo todo sistêmico, sempre será composto por “sistemas de sistemas” os quais permanecem em constante transformação.

Dessa forma, os sistemas de espaços livres desempenham funções fundamentais na sociedade contemporânea, abrangendo o âmbito social, organizacional, ecológico e cultural. Esferas que interferem diretamente na dinâmica do espaço urbano, tanto na sua paisagem quanto na sua configuração e escala.

Tângari et. al. (2009), propõe então que os sistemas de espaços livres urbanos devem ser estudados a partir de seus elementos e relações de seus todos sistêmicos, tanto suas organizações quanto suas estruturas, analisando não só os objetos principais dos cortes escalares, mas também dos sistemas abrangentes que se possui relações, passando então a contar na observação os percursos das escalas interurbanas à regionais.

Tais sistemas caracterizam a funcionalidade e organização (socioambiental) dos espaços livres públicos, enquanto espaços físicos, e suas conexões, que não são necessariamente físicas também. Exemplo disso, são as áreas verdes da cidade, que mesmo isoladas fisicamente umas das outras, possuem relação e estão contidas no todo sistêmico.

Para os espaços públicos privados “o aumento da dimensão do lote, pelo acréscimo junto da edificação, do espaço livre (particular) aumenta as distâncias dos vizinhos e sem dúvida poderá conferir atributos de reserva, isolamento,

habitabilidade, status, e lindos jardins” (MAGNOLI, 2006, p. 187). Quanto mais unidades seguindo este tipo de ocupação, maior é a quantidade de solo destinado a eles, aumentando a distância dos equipamentos urbanos.

Se trata de uma separação espacial, que cria “reservas” que para algumas famílias pode ser fator positivo, como a privacidade, enquanto que para outras se considera negativo, incentivando o assentamento no espaço, para facilitar o acesso aos equipamentos urbanos (MAGNOLI, 2006).

Os espaços livres propendem a comportar maior vulnerabilidade no espaço urbano, devido rotineiramente serem identificados como espaços ainda livres de edificação, quer dizer, disponíveis para futura ocupação. Constantemente negligenciados pela gestão da cidade, especula-se a eles maior valor fundiário pelo mercado imobiliário e se tornam resignados a outros sistemas, como a circulação urbana (MENEGUETTI, REGO E BELOTO, 2009).

Segundo Londe e Mendonça (2014), as cidades brasileiras se caracterizam com típicos problemas de áreas urbanas que tiveram um rápido crescimento e escassas políticas eficientes de ordenamento da sua malha. Como elevada impermeabilização do solo somado ao aumento da concentração populacional no meio urbano e carência de áreas livres para lazer, convívio e circulação, ocasionando a em uma baixa qualidade de vida da população (LONDE; MENDONÇA, 2014).

É fato que o território brasileiro, agrupa diversas culturas, algumas mais outras menos influentes, mas todas expressam seu próprio modo de atuar na paisagem das cidades. Sendo assim, os espaços livres expressam as mais variadas relações, os conflitos e as contradições pertencentes às paisagens brasileiras, ligadas aos aspectos culturais e sociais, em nível local e regional interagindo com o espaço construído.

Os sistemas de espaços livres possuem significado que vão além de espaços livres com vegetação, as chamadas “áreas verdes”. Queiroga (2011), conceitua-o como objeto possuidor da “[...] complexidade e diversidade das formas de apropriação e apreensão social e o fato real da impossibilidade física e mesmo da inconveniência da existência de vegetação em determinados espaços livres” (QUEIROGA, p. 28, 2011).

Não descartando a importância da vegetação nos espaços livres, pois é elemento importante para a drenagem, para a biodiversidade e microclima mais

ameno no meio urbano, mas ressaltando que alguns espaços não vegetados, possuem valor cultural, como áreas destinadas a festas populares, manifestações políticas e valorização de paisagens.

São espaços que evidenciam a construção habitual da cidade. Os processos espaciais que atuam no território é composto por diferentes grupos sociais, caracterizados por diferentes culturas, os quais mesclam seus percursos no cotidiano, que na história decorreram de diferentes lugares, o que resulta na formação de ligações afetivas complexas nos espaços vividos, transformando-o e deixando suas marcas (CARLOS, 1994).

Um sistema de espaços livres é composto por elementos de diferentes escalas, capazes de se relacionar entre si e com seu entorno, influenciando um ao outro e afetando a estrutura geral, sem perder a singularidade de suas dinâmicas com relação ao conjunto. Essa influência no sistema é proporcional ao tamanho da escala dos fenômenos, ou seja, quanto maior for a dinâmica que esse espaço confere, mais ele repercute no sistema (TARDIN, 2008).

Não há um “modelo único” e hegemônico de sistemas de espaços livres, pois cada lugar urbano é dotado de características peculiares, como história de formação, economia, cultura e bioma que o tornam único. É de fundamental importância portanto, primeiramente compreender as características regionais de cada lugar para articular mudanças no planejamento e no desenho dos espaços livres brasileiros (TÂNGARI, 2009).

Toda cidade possui portanto, um sistema de espaços livres, seu todo sistêmico, que é integrante da esfera da vida pública e privada, sendo essencial para as ações da vida cotidiana, constituindo a paisagem urbana, sua forma, imagem, história e memória (Figura 10). Logo, sofre constante transformação, de acordo com as necessidades e pressões da sociedade. Essas adequações ocorrem de forma proporcional aos recursos, padrões culturais e decisões políticas locais que podem qualifica-lo ou desqualifica-lo (QUEIROGA, 2011).

Figura 10 – Espaço Livre Urbano.



Fonte: Site Archdaily⁵.

Segundo Tardin (2008), o ordenamento do sistema requer mais do que relacionar os espaços livres. Deve-se primeiramente identificar sua estrutura de elementos e os tipos de relações existentes internamente e para com seu entorno.

A autora aborda a respeito da organização do sistema de espaços livres, o qual se desdobra em vários ecossistemas, relatados por ela como fragmentos (capazes de variar na sua forma), corredores (que percorrem o lugar com vegetação), matrizes (como uma área extensa que conecta e controla a dinâmica de mais de um ecossistema) e fronteiras (margem e separa os elementos do sistema e adjacentes). Posto que tudo o que ocorre nas fronteiras e entornos dos espaços livres, o atinge diretamente. A exemplo disso está as ocupações urbanas, as quais modelam os espaços livres, podendo influenciar seus processos naturais.

A continuidade ou descontinuidade dos elementos do sistema de espaços livres dita o desenvolvimento de seus fluxos. Considera-se elementos contínuos aqueles que se conectam, como os corpos hídricos por exemplo, e descontínuos as porções separadas que não se conectam diretamente. Sendo de fundamental importância haver sempre a continuidade pois “Sem fluxos não existe sistema; os fluxos são a vida do sistema [...]” (TARDIN, p. 47, 2008).

Para Buccheri Filho (2010), o crescimento das cidades com novas edificações em detrimento dos espaços livres, demonstram o descaso do seu planejamento para com a qualidade do ambiente urbano. Visto que “parte dos cidadãos pode usufruir das inovações tecnológicas e de seus confortos, porém, a maioria sofre com a

⁵Disponível em: < <http://www.archdaily.com.br/br/782783/espacos-livres-na-cidade> >. Acesso em: 30 de jun. 2017.

deterioração do ambiente devido à poluição, congestionamentos, ruídos, falta de arborização e de espaços livres de edificação, públicos e com vegetação para o lazer em contato com a natureza” (BUCCHERI-FILHO, p. 1, 2010).

Como um todo, o sistema de espaços livres é composto por funções que se integram, se relacionam entre si e com seus entornos imediatos. Evidenciando que de modo geral, a função do sistema é disposta de acordo com o desenvolvimento local, caracterizando seus fluxos e suas dinâmicas, refletindo o espaço em que está inserido e variando conforme o passar o tempo.

Uma variância que afeta o grau da sua força ou fraqueza, o modo como influencia a ocupação urbana. O tempo mostra ao se passar os anos, as modificações do movimento dos corpos hídricos, como por exemplo as enchentes e vazantes dos rios, assim como demonstra as modificações do clima e vegetação, de acordo com a evolução dos solos. Mudando assim também o uso desses espaços livres, podendo ser utilizados constantemente em certos períodos e sendo abandonados em outros.

Segundo Tardin (2008), tais modificações com o passar do tempo não seguem padrões, elas ocorrem concomitantemente com distintas características e direcionamentos. Sendo assim, marcas de dinâmicas e relações, de diferentes tempos do passado, entre os elementos do sistema, e para com o seu entorno, permanecem evidenciados em momentos atuais. De forma que pode-se utilizar tais cicatrizes, para montar uma estratégia de intervenção nos espaços, levando em consideração as necessidades da atualidade, como também a aplicação daquilo que historicamente é funcional para as especificidades do lugar.

O conceito de sistemas de espaços livres está estreitamente ligado à vida no meio urbano; sendo a praça um dos itens que compõe o sistema, identificada como uma área de convívio, lazer e arborizada na paisagem urbana. As praças podem além de regular o clima (tornando-o mais amenos nos locais), aproximar o homem da natureza, promover as atividades urbanas cotidianas, de ida ao trabalho, à escola, as atividades físicas, o passeio, o encontro.

3.3 PRAÇAS URBANAS

3.3.1 Análise Histórica

No espaço urbano brasileiro, a praça representa a síntese da cultura urbana do local em que está inserida. Podendo carregar a história do espaço e da sociedade, se tornando monumentos afamados. Elas são “espaços livres urbanos destinados ao lazer e ao convívio da população, acessíveis aos cidadãos e livres de veículos, definidos pela malha urbana formal e que não ocupem mais 2 ou 3 quadras consecutivas” (ROBBA E MACEDO, 2002, p. 17).

De acordo com o panorama histórico abordado por Júnia Caldeira (2007) o surgimento desse tipo de espaço ocorreu quando o homem passou a conviver em sociedade e os cidadãos passaram a tomar decisões em grupo. Efetivamente na Grécia, quando se estabeleceram as Ágoras. Localizada na Astu, parte da cidade onde funcionava o comércio e ocorria o encontro de todos os cidadãos gregos. As Ágoras possuíam basicamente a função de espaço negociação de mercadorias e espaço de discussão política, local de convívio, onde se ouvia a deliberação dos cargos de chefes e as tomadas de decisões (Figura 11).

Figura 11 – Ágora.



Fonte: Tese de doutorado A Praça Brasileira de J. Cadeira⁶.

Mas só a partir do período da Idade Média, que se passa a construir afinal o conceito de praça, firmado posteriormente no período Renascimento, com sua

⁶CALDEIRA, J. M. (2007). A praça Brasileira: trajetória de um espaço urbano - origem e modernidade. Tese de Doutorado em História - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas na Universidade Estadual de Campinas. [S.I.].

nomenclatura e morfologia, afamados até os dias atuais. Preservando das Ágoras apenas as funções de comércio e espaço de reunião, as praças medievais eram projetadas a partir do contraste entre o vazio e as edificações ao redor. Constituídas no meio urbano de diferentes funções, como: praça da igreja, praça cívica, praça de mercado, praça central, entre outras.

No período medieval as praças eram destinadas para a interação social. Utilizadas como local de festas, encenações teatrais, execuções, funerais, feiras, eram lugares que de maneira geral se aplicavam as leis cívicas. Utilizadas por uma grande parcela da população, um dos poucos espaços livres públicos que não possuía qualquer ligação funcional com a igreja ou o exército, atendia as necessidades tanto de quem buscava comercializar no local, quanto de quem procurava apenas praticar o ócio (Figura 12).

Figura 12 – Praça do período medieval em San Gimignano, Itália.



Fonte: Site Azevedo Sampaio⁷.

Adiante no período renascentista, com o mercantilismo em voga e a expansão da burguesia, as cidades reestruturaram-se. Novas praças surgiram, mais aprimoradas esteticamente, além de se buscar a geometrização e regularidade no desenho, de forma a abandonar a ideia de singularidade e espontaneidade das praças medievais. Destacando-se nesse período, como elementos essenciais na composição da paisagem urbana.

⁷Disponível em: < <http://azevedosampaio.blogspot.com.br/2012/06/toscana-parte-2-san-gimignano-siena.html> >. Acesso em: 30 de jun. 2017.

Constituídas como praças formais, compostas por esculturas ou obras arquitetônicas e com a função de destacar tais monumentos, as praças renascentistas adquiriram uma nova forma, projetadas por grandes arquitetos do tempo, os quais valorizavam desenhos simétricos e regulares de elementos inter-relacionáveis para o espaço livre.

Pensadas para unificar o espaço livre com o espaço construído, as praças do período renascentista possuem conceito similar as praças antecedentes, conferindo local de reunião, confraternização, espetáculos. Porém, a importância que tais praças recebem ao serem projetadas por renomados arquitetos da época, tornaram-nas espaços elitizados, em que a estética passou a sobrepôr a funcionalidade (Figura 13).

Figura 13 – Praça de São Marcos do período Renascentista, em Veneza.



Fonte: Site Dicas da Itália⁸.

Já na metade do século XVIII, a força simbólica das praças como espaços públicos de sociabilidade é enfraquecida. Em um momento em que a sociedade burguesa passa a frequentar mais os espaços restritos como teatros, cafés e bares. Ao mesmo tempo que as cidades crescem cada vez mais e novas redes de sociabilidade são estabelecidas, onde pessoas de diferentes lugares passam a ser encontrar regularmente. Marcou-se então o período de construção de grandes parques urbanos, de adequação das ruas para a passagem de pedestres e de aumento da diversidade social nos espaços públicos das cidades (Figura 14).

⁸Disponível em: < <http://www.dicasdaitalia.com.br/2015/09/praca-de-sao-marcos-em-veneza.html> >. Acesso em: 30 de jun. 2017.

Figura 14 – Parque Englischer Garten, em Munique.



Fonte: Site Insider Pro⁹.

Adiante, com a chegada do movimento modernista, criou-se novos princípios de planejamento do espaço urbano, rompendo com o passado os conceitos de tipologia e morfologia das praças. O avanço na tecnologia gerado pela industrialização global, passou a refletir em mudanças no meio urbano, com as cidades modernas agora compostas por intervenções estratégicas em sua configuração, com sistemas de circulação de fluxo contínuo e grandes espaços e estruturas urbanas consolidadas no século XX em autoestradas, viadutos e passarelas.

A praça passa a ser um extenso espaço vazio estabelecido de acordo com as estratégias do sistema viário e desconexa com seu entorno, tipologia efetuada até a retomada dos espaços públicos, a partir de novas políticas de intervenção. É estabelecido adiante uma nova versão de praça, com espaços destinados a interação social, recreação e prática de esportes. Para tal fim, são implantados espaços e equipamentos específicos para dar o suporte necessário, como playgrounds, quadras poliesportivas, pistas de caminhada e bicicletas, áreas de promoção cultural.

As cidades modernas configuram-se como espaços enérgicos, agitados, com grande fluxo de pessoas e veículos. Caracterizando o meio urbano um espaço

⁹Disponível em: < <https://pt.insider.pro/photo/2016-08-30/os-30-parques-urbanos-mais-bonitos-do-mundo> >. Acesso em: 30 de jun. 2017.

impessoal, com escassez de espaços de diversidade e fomentação cultural, sendo as praças um dos poucos lugares que cumprem tal função, tornando-o o centro de encontro entre pessoas de diferentes lugares da cidade.

No período moderno a intensa verticalização das cidades e o vazio deixado pelo vão livre dos edifícios sobre pilotis, originou também pequenas praças conectadas as edificações (Figura 15). Estes espaços eram ocupados tanto pelos usuários dos edifícios quanto pelos transeuntes, aproveitando a área sombreada para descansar e interagir com outras pessoas.

Figura 15 – Edifício Louveira, São Paulo.



Fonte: Site Vitruvius¹⁰.

Chegando ao período Pós-Moderno e Contemporâneo, a característica de destaque do movimento Pós-moderno se dá pela negação da forma comum arquitetônica e urbanística modernista e o retorno das tipicidades do classicismo, ocorrendo mudanças no espaço da praça, que apesar de não serem muito significantes, caracterizam o estilo atual empregado.

A praça do pós-modernismo, locada em um meio urbano agitado, conturbado, incorpora os conceitos modernista de programa e tipologia para estas áreas, com a inserção de espaços e equipamentos de lazer, no entanto, ocorre uma modificação em relação ao seu uso, onde retoma-se o comércio e o mercado para as praças urbanas. Ademais, a vida corrida da cidade torna esses espaços lugares de fluxo contínuo de pessoas, de modo que se faz necessário a implantação de

¹⁰Disponível em: < <http://vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/16.191/6003> >. Acesso em: 30 de jun. 2017.

equipamentos urbanos, para facilitar a locomoção da população, como os pontos de ônibus.

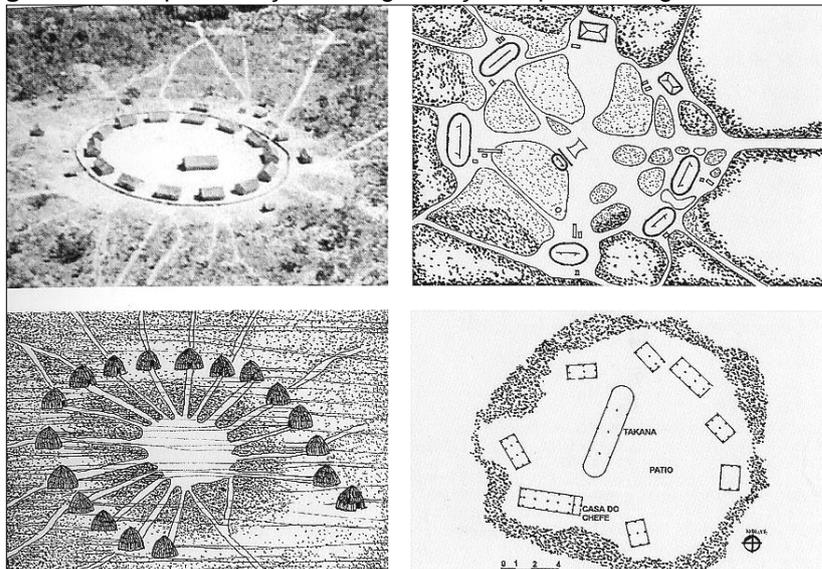
3.3.2 Praça Brasileira

As praças brasileiras inicialmente possuíam função de espaço coletivo de cultos, rituais e manifestações. Segundo Caldeira (2007) esses espaços foram estabelecidos de duas maneiras singulares: uma advinda da cultura indígena e outra da colonização portuguesa no país, havendo a inter-relação posterior das duas, após chegada dos portugueses. Com o processo de colonização e a aproximação das culturas, gradativamente se entrou em desuso a organização espacial indígena, firmando-se a lógica portuguesa de configuração desses espaços.

As praças das aldeias indígenas eram espaços centralizados de desenho circular ou elíptico, considerados locais sagrados e utilizados para os rituais e celebrações das tribos, dispendo de unidades habitacionais nos seus entornos. Enquanto que no Brasil colônia as praças surgiram como marco inicial da catequização dos povos nativos pelos jesuítas.

Foi-se instalada a cruz central nos vazios dos aldeamentos indígenas e se implantou as igrejas, resultando nos primeiros núcleos urbanos brasileiros, onde se tem a praça central, a igreja e outros edifícios institucionais no entorno, estabelecendo as praças como locais de encontro, comércio e de manifestações públicas. Vogando a associação comum que se tem para esses espaços, como sendo relacionados ao poder político ou religioso (Figura 16).

Figura 16 – Representação de organização espacial indígena.



Fonte: A Praça Brasileira de J. Caldeira (2007).

Os modelos de praças implantados pelos portugueses possuíam relação com as especificidades da topografia local e seguiam os preceitos da organização espacial portuguesa, focalizando a aproximação dos edifícios institucionais e religiosos para o espaço, os quais se tornavam centros de expansão urbana.

O desenho das praças brasileiras se caracterizavam de duas formas: uma de formato orgânico, modelo preliminar implantado pelos colonizadores, a qual dialogava com o espaço urbano em que foi inserido, situada próximo às instituições religiosas, e outra formal, de traçado geométrico, estabelecida posteriormente, a partir do traçado lógico das cidades planejadas e com diversidade em suas configurações, como a praça cívica, a praça religiosa, entre outras.

Com o crescimento e desenvolvimento das cidades brasileiras, um novo modelo de praça surgiu, valorizando o ajardinamento e adicionando funções de lazer e contemplação para esses espaços. Porém com a chegada do período moderno ocorreu a modificação da morfologia tradicional das cidades. Mudanças que interferiram diretamente na forma das praças. Espaços inicialmente eram áreas de encontro e essenciais para a estruturação urbana, adquiriram função de circulação, de passagem, transformando-os em espaços vazios no meio urbano (Figura 17).

Figura 17 – Antiga praça cívica Doutor Pedro Teixeira, Goiânia.



Fonte: Site Curta Mais¹¹.

Atualmente, as praças públicas não possuem a mesma atratividade que antigamente. Devido aos novos padrões de consumo e lazer (como os shoppings centers), a praça e outros espaços públicos, foram substituídos por espaços íntimos,

¹¹Disponível em: < <http://www.curtamais.com.br/goiania/7-motivos-para-visitar-a-praca-civica-em-goiania> >. Acesso em: 30 de jun. 2017.

individuais, separados do coletivo, justificados pelo sentimento de propriedade, segurança, tranquilidade íntima e liberdade de expressão. Fato que fez o privado se fechar ao público, criando portões, muros, vedações entre os espaços.

Porém, ainda assim, a praça mantém seu valor segundo Casé (2000). Continua portanto sendo um importante espaço livre público, devendo ser acessível a toda a sociedade. No entanto, segundo Gomes (2007), “[...] a praça, na atualidade, assume muito mais função de área verde e estética no espaço urbano brasileiro do que como local de convívio da população.” (GOMES, 2007, p. 102).

Fato ocorrente principalmente em grandes cidades, nos bairros de classe alta, diferente do que verifica-se nos bairros populares. Para a população de baixa renda, esses espaços possuem significado intrínseco à própria condição social dos cidadãos, os quais necessitam de contato com a vizinhança, opções de lazer e de ar livre. Como cita Kliass e Margnoli:

“A recreação não é um elemento supérfluo na vida urbana, pois dela depende o equilíbrio das outras atividades e não se trata de luxo, mas de necessidade. Não é simplesmente uma coisa de que a criança gosta, mas algo que precisa pra crescer. É mais do que parte essencial de sua Educação: é parte essencial da lei do seu crescimento, do processo que a leva à Maturidade.” (KLIASS, MAGNOLI, 1969 p. 248).

Para o planejamento dessas áreas verdes, há de se levar em conta que cada lugar tem suas peculiaridades, devendo-se então consultar os moradores da localidade, e entender que cada praça tem de estar em acordo com a história e a cultura de cada região que se insere. Criando-se assim laços entre o usuário desses espaços públicos e a sua utilização responsável.

As praças devem assumir não só o papel de área de lazer, mas também a de área verde (Figura 18). A presença da vegetação, principalmente a de árvores, no meio urbano é fator importante para a regulação do clima nas cidades. Assim como também existem outras funções, sendo a de espaço de caminhadas para adultos e atividades físicas destinadas a terceira idade. Devendo então estes espaços possuírem calçadas apropriadas para as atividades que poderão ocorrer.

Figura 18 – Praça Victor Civita, São Paulo.



Fonte: Site Curta Mais¹².

Gomes relata que “na tentativa de um exercício imaginário, a cidade pode ser pensada como uma imensa casa, onde suas salas corresponderiam às praças. As pessoas buscam as praças para se entreterem, assim como sentam à sala para ver televisão” (GOMES, 2007, p. 117). Sendo assim, é importante planejar esses espaços para que as pessoas “vejam e sejam vistas”, que haja acessibilidade para que todos possam ter acesso ao espaço público.

Propagando deste modo a diversidade social e cultural, em um lugar de coletividade, de agregação, sem elitização dos espaços. Deve ser de acordo com o autor: “o ponto de encontro onde a gratuidade prevalece, ao mesmo tempo em que todos se sentem donos desse espaço” (GOMES, 2007, p. 117).

Fica claro portanto, que os espaços livres públicos são essenciais para a fomentação das atividades urbanas e da sociabilidade coesa. A praça se inclui no contexto como uma área verde, que promove o lazer, a diversidade e a inclusão social, funções essenciais para a vida coletiva. Implantada com a intensão de agregar pessoas e semear a democracia.

¹²Disponível em: < <http://www.projetomulher.com.br/blog/projeto-esporte-na-praca-victor-civita-feito-pelo-projeto-mulher/> >. Acesso em: 30 de jun. 2017.

4 REFERENCIAL ANALÍTICO

4.1 PRAÇA LOVEJOY

Concebida em 1960, por Lawrence Halprin e associados, fica localizada em Portland, Oregon, nos Estados Unidos. A praça possui uma série de fontes as quais imitam cachoeiras naturais e os córregos correntes de espaços vizinhos. Resultando em piscinas silenciosas que convidam o público para além de contemplar a paisagem, participar do recurso da água projetado.

Constituída no período moderno como parte integrante do projeto “Open Space Sequence”, a intenção da praça Lovejoy e dos demais espaços livres incluídos na sequência, seria de renovação e humanização da paisagem urbana da cidade, através de espaços públicos interativos. Um conceito interessante a ser colocado no projeto de uma praça pública, onde os usuários interagem com a paisagem projetada (Figura 19).

Figura 19 – Praça Lovejoy, EUA.



Fonte: Site Pinterest¹³.

4.2 PRAÇA LEVINSON

Situada em Boston, nos Estados Unidos, teve seu design projetado por Mikyoung Kim, no ano de 2010. A praça representa a diversidade social e cultural do local em que se insere. Possuindo uma diversidade de vegetação, compatível com as condições climáticas da cidade, e apaziguadora de alguns problemas urbanos locais, de modo a amenizar a poluição sonora advinda das vias principais do

¹³Disponível em: < <https://br.pinterest.com/pin/430797520589496396/> > Acesso em: 22 de jul. de 2017.

entorno, sem perder a visão total do espaço, gerando maior segurança e conforto ambiental no local.

Destinada para diversas faixa etárias de usuários, a praça conta com mesas para jogos de tabuleiro, áreas de recreação para as crianças, áreas de estar para contemplação, áreas de gramado para diversos usos, como eventos culturais e cívicos e ainda jardins compondo a paisagem.

O desenho da praça foi pensado de acordo com a necessidade de se ter uma paisagem universalmente acessível. Aspecto importante a se considerar para formar um espaço público democrático (Figura 20).

Figura 20 – Praça Levinson, EUA.



Fonte: Site Archdaily¹⁴.

4.3 PRAÇA ONE ISLAND EAST

Projetada pelo grupo Hargreaves Associates, a praça One Island East localiza-se em Hong Kong, na China. O espaço confere função de ponte entre os edifícios do seu entorno, sendo local de circulação entre prédios comerciais e de habitação. Oferecendo uma área extensa aberta com gramado, vegetação tropical, bancos de madeira e de granito e fontes de cascata com diferentes efeitos de água e iluminação em seu paisagismo.

Devido ao contraste das tipologias de edificações adjacentes, buscou-se implementar no local uma mudança gradativa da linguagem das formas, conforme a aproximação das extremidades da praça. Uma composição funcional para o espaço atender necessidades de usos comerciais em harmonia com a escala íntima de usos habitacionais, oferecendo diferentes experiências, de movimento e percepção,

¹⁴Disponível em: < <http://www.archdaily.com/174300/levinson-plaza-mission-park-mikyong-kim-design> >. Acesso em: 22 de jul. de 2017.

respectivamente destinados aos diferentes usos do seu entorno imediato (Figura 21).

Figura 21 – One Island East, China.



Fonte: Site Pinterest¹⁵.

4.4 PRAÇA DO JAPÃO

Localizada em Curitiba, possui uma área de 6.300m² composta por diferentes espécies arbóreas, como jacarandá e pinus, além de arbustos e gramado. Possui equipamentos de recreação infantil, como balanço, escorregador e gangorra, equipamentos de contemplação como mirante, espelho d'água e monumentos e quadras poliesportivas.

Anteriormente chamada de Saturnino de Brito, a Praça do Japão foi projetada no período de 1960 a 1989, considerada um destaque do paisagismo modernista brasileiro. Estabeleceu-se na praça dois eixos de circulação, longitudinal e transversal para interligar os seus diferentes setores, com formas geometrizadas nos passeios e patamares. Sendo a valorização da arborização na composição paisagística, e o respeito à topografia original para o projeto uma boa referência a se considerar (Figura 22).

¹⁵Disponível em: < <https://br.pinterest.com/pin/375628425140792765/> >. Acesso em: 22 de jul. de 2017.

Figura 22 – Praça do Japão, em Curitiba.



Fonte: Site Brazil Travel Buddy¹⁶.

4.5 PRAÇA VITOR CIVITA

Situada em São Paulo capital, um modelo sustentável de praça foi projetado em uma área onde anteriormente funcionava um incinerador. Por conta disso, a área teve que passar por um processo de descontaminação, e a praça ser construída em cima de um deck de madeira e uma laje alveolar, para que os visitantes não tivessem contato com o solo degradado.

Possui sistema de iluminação por LEDs e um sistema de captação e reaproveitamento de água da chuva. No paisagismo, sua composição conta com diferentes espécies vegetais com funções orgânicas, terapêuticas e na produção de biocombustível. Além disso, conta com espaços para práticas esportivas, programação cultural e educação ambiental.

O conceito de sustentabilidade para o projeto denota valor significativo para a fomentação de espaços como esse, que modificam a paisagem existente no lugar, sem deixar de tomar medidas de cuidado com o meio ambiente (Figura 23).

Figura 23 – Praça Victor Civita, SP.



Fonte: Site da Prefeitura de São Paulo¹⁷.

¹⁶Disponível em: < http://www.braziltravelbuddy.com/Curitiba/picture/Praca_do_Japao_Picture_2 >. Acesso em: 18 de jul. de 2017.

4.6 PRAÇA BRASCAN CENTURY

A praça Brascan Century localiza-se na cidade de São Paulo, possui 7.000 m² e é caracterizada como um espaço de uso público, porém situada em um terreno privado, o qual possui cinema, hotel, salas comerciais, flats e uma praça de alimentação. O fluxo constante de pessoas no complexo, faz com que a praça seja visitada em todos os períodos do dia e por todas as faixas etárias de público.

O paisagismo foi desenvolvido propondo um espaço verde e tranquilo em meio aos prédios e a vida agitada da metrópole. Composto por árvores nativas de grande porte, como o pau-brasil, arbustos de pequeno porte para permitir uma visão ampla do local, um espelho d'água que remete a um aspecto mais natural no ambiente, esculturas em toras de madeira para contemplação e mobiliários como bancos, lixeiras e pontos de iluminação.

A Brascan Century configura-se como um espaço acolhedor e seguro, utilizado por diferentes públicos, requisitos essenciais para o projeto de uma praça (Figura 24).

Figura 24 – Praça Brascan Century, São Paulo.



Fonte: Site Pinterest¹⁸.

4.7 PRAÇA BATISTA CAMPOS

A praça Batista Campos, situada em Belém - PA, foi fundada em 1904, fortemente influenciada pelo estilo romântico europeu do século XIX, possui postes de iluminação da época Belle Époque, coretos de ferro, densa arborização, e um

¹⁷Disponível em: < http://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/meio_ambiente/parques/regiao_centrooeste/index.php?p=22544 >. Acesso em: 18 de jul. de 2017.

¹⁸Disponível em: < <https://br.pinterest.com/pin/538883911646910384/> >. Acesso em: 22 de jul. de 2017.

espaço central destacado, dispendo de uma variedade de espécies arbóreas compondo as áreas verdes.

A riqueza de biodiversidade arbórea contribui para o conforto térmico do local. Um requisito importante a se considerar ao se projetar praças na região norte, onde o clima é quente e úmido durante o ano todo (Figura 25).

Figura 25 – Praça Batista Campos, em Belém.



Fonte: Site Apontador e site Universo Runner¹⁹.

4.8 PRAÇA DOS BAMBUS

Localizada em Boa Vista – RR, a praça Inácio Lopes de Magalhães, mais conhecida como praça dos Bambus, tornou-se o modelo de espaço de lazer e prática de atividades físicas da cidade. Após um processo de revitalização teve sua reinauguração em 2016. A reforma da antiga praça municipal modernizou o espaço, que a partir de então conta com uma quadra poliesportiva e outra de tênis, playground infantil e uma praça de alimentação.

Sua iluminação é feita a partir de lâmpadas de LED, as quais garantem com maior eficiência e economia na iluminação no período noturno. Além disso, o espaço conta com um posto de vigilância da guarda municipal, que reforça a segurança dos frequentadores da praça.

A praça dos Bambus atende a necessidade de se ter espaços destinados a prática gratuita e democrática do esporte na cidade (Figura 26).

¹⁹Disponível em: < https://www.apontador.com.br/local/pa/belem/templos/C406481913632S6328/praca_batista_campos.html > Acesso em: 18 de jul. de 2017.

Figura 26 – Praça dos Bambus, em Boa Vista.



Fonte: Site Skyscraper City²⁰.

4.9 PRAÇA FLORIANO PEIXOTO

Situada em Macapá – AP, a praça Floriano Peixoto antigamente era conhecida como a praça do Sapo. Em meados dos anos 60, o local se tratava de uma área de ressaca, que era utilizada como lixeira pública, causando um odor desagradável a quem passasse nas proximidades. Após o processo de saneamento da cidade, o local se tornou a conhecida praça Floriano.

Há também uma pista de skate para a prática esportiva, um playground para as crianças, um posto de vigilância da guarda municipal, bancos de assento distribuídos em toda a área.

A praça possui um lago em seu centro, o qual valoriza a paisagem e atrai os frequentadores. Enquanto que espécies arbóreas de grande porte fornecem sombra e microclima agradável no lugar. Mostrando que manter características naturais no ambiente da praça é importante para o espaço ser visitado e apreciado pelo público (Figura 27).

Figura 27 – Praça Floriano Peixoto, em Macapá.



Fonte: Site Diário do Amapá e G1 Amapá²¹.

²⁰Disponível em: < <http://www.skyscrapercity.com/showthread.php?t=1957507> >. Acesso em: 18 de jul. de 2017.

5 DIAGNÓSTICO

5.1 ÁREA DE ESTUDO

A pesquisa foi desenvolvida na cidade de Santana, no estado do Amapá, município localizado próximo a capital, Macapá. Especificamente em uma área delimitada no bairro Elesbão. Juntamente com seu entorno, a área se caracteriza como carente de espaços livres públicos e equipamentos urbanos, devido estar inserido em um bairro ocupado espontaneamente, sem um planejamento urbano qualificado.

Próximo ao porto de Santana, ponto de desembarque de produtos importados da Área de Livre Comércio de Macapá e Santana, de exportação de produtos primários, como minérios e o transporte de passageiros para outras localidades, o bairro se configura como próximo ao rio Amazonas e ao principal porto fluvial da cidade e próximo ao centro comercial do município de Santana (Figura 28).

Para a delimitação da área de estudo se levou em conta as proximidades dos espaços públicos de interesse social existentes e as áreas que não possuem edificações consolidadas. Sendo assim, foram realizadas diversas análises para determinar as características encontradas na região, para então chegar ao resultado final da pesquisa.

Figura 28 – Localização do espaço livre público no contexto da cidade.



Fonte: googlemaps.com (adaptado pelo autor. 2017).

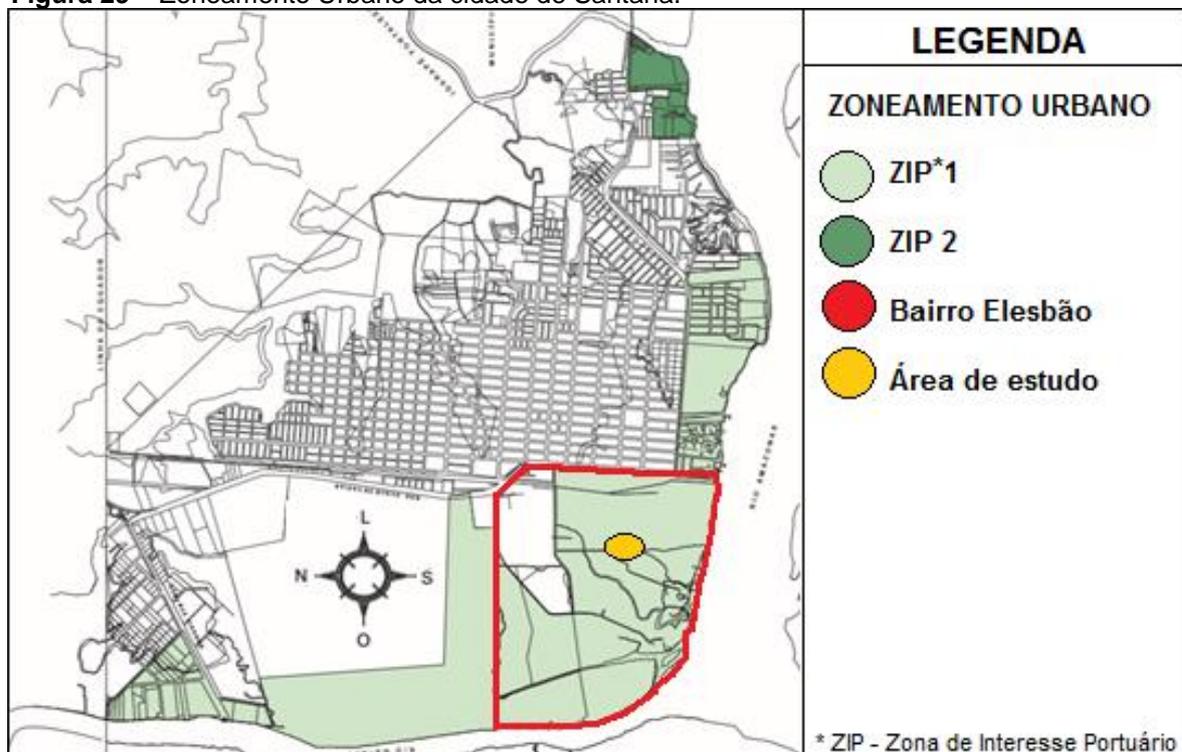
²¹Disponível em: < <http://g1.globo.com/ap/amapa/noticia/2016/12/praca-floriano-peixoto-reabre-apos-revitalizacao-em-macap.html> >. Acesso em: 18 de jul. de 2017.

5.2 ANÁLISE DE USO E OCUPAÇÃO DO SOLO URBANO

A partir da análise do Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano e Ambiental de Santana, pode-se observar que no mapa de macrozoneamento urbano de Santana, a área de estudo localiza-se em uma Zona de Interesse Portuário (ZIP 1), a qual está inserida na macrozona rural (Figura 29). Consta no Art. 56, do Plano Diretor de Santana, que a ZIP “[...] caracteriza-se pelo uso e ocupação destinados às atividades portuárias e correlatas, localizando-se às margens das hidrovias do município.” (SANTANA, PDP, 2006, p. 25).

Segundo o Art. 57, os objetivos da Zona de Interesse Portuário se baseiam em “ampliar, ordenar e potencializar as atividades portuárias, comerciais e de serviços; propiciar a redução de usos inadequados à áreas; permitir o monitoramento e o controle ambiental; otimizar a integração regional e internacional e promover o desenvolvimento econômico, social, ambiental e urbano.” (SANTANA, PDP, 2006, p. 25).

Figura 29 – Zoneamento Urbano da cidade de Santana.

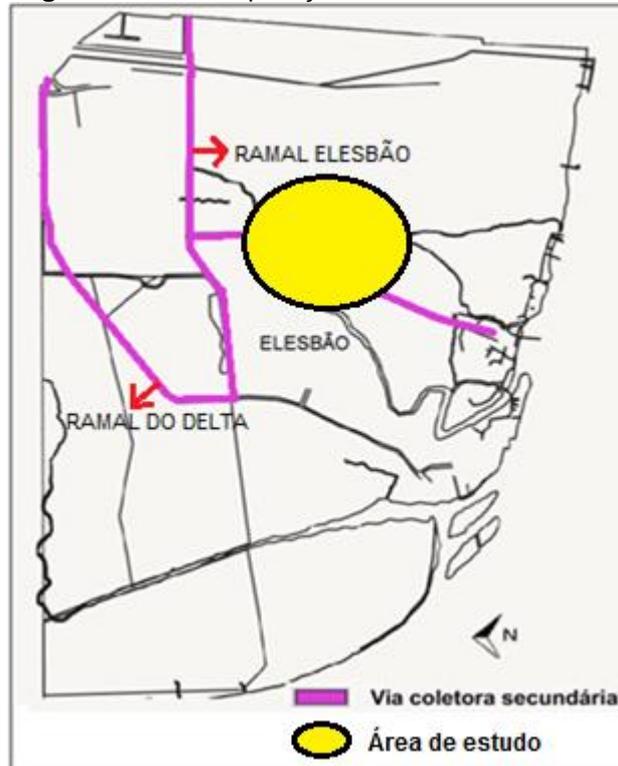


Fonte: Adaptado de SANTANA, PDP (p. 81, 2006).

Sobre a hierarquização viária, o Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano e Ambiental de Santana especifica que o bairro Elesbão, onde se situa a área de

estudo, possui apenas vias coletoras secundárias na sua região. Fato que ressalva existência de poucas vias para veículos no bairro (Figura 30).

Figura 30 – Hierarquização viária.



Fonte: Adaptado de SANTANA, PDP (p. 91, 2006).

No que diz respeito a ocupação da área de estudo e seu entorno, pode-se observar que no quadro de parâmetros urbanísticos para a ocupação do solo na macrozona urbana, a ZIP 1, possui uso residencial e não residencial, sendo o coeficiente de aproveitamento básico de 1,50 para uso residencial unifamiliar e uso não residencial e 2 para residencial multifamiliar, já o máximo segue 2,5 para uso residencial multifamiliar e 3 para uso não residencial (Quadro 1).

Quadro 1 – Parâmetros urbanísticos para a ocupação do solo na macrozona urbana.

ZONA	USOS r(1)		COEFICIENTE DE APROVEITAMENTO			TAXA DE OCUPAÇÃO MÁXIMA	TAXA DE PERMEABILIDADE
			Mínimo	Básico	Máximo		
ZIP-1	residencial	Unifamiliar	-	1,50	-	70%	15%
		multifamiliar r(2)	-	2	2,5	(2)	15%
	não-residencial	-	1,50	3	75%	20%	

Fonte: Adaptado de SANTANA, PDP (p. 87, 2006).

Com relação aos índices, recuos e demais restrições para o uso residencial multifamiliar na macrozona urbana, o coeficiente de aproveitamento 2.0 constado no quadro anterior, possui índice de ocupação máxima de 60%, estabelecendo-se que

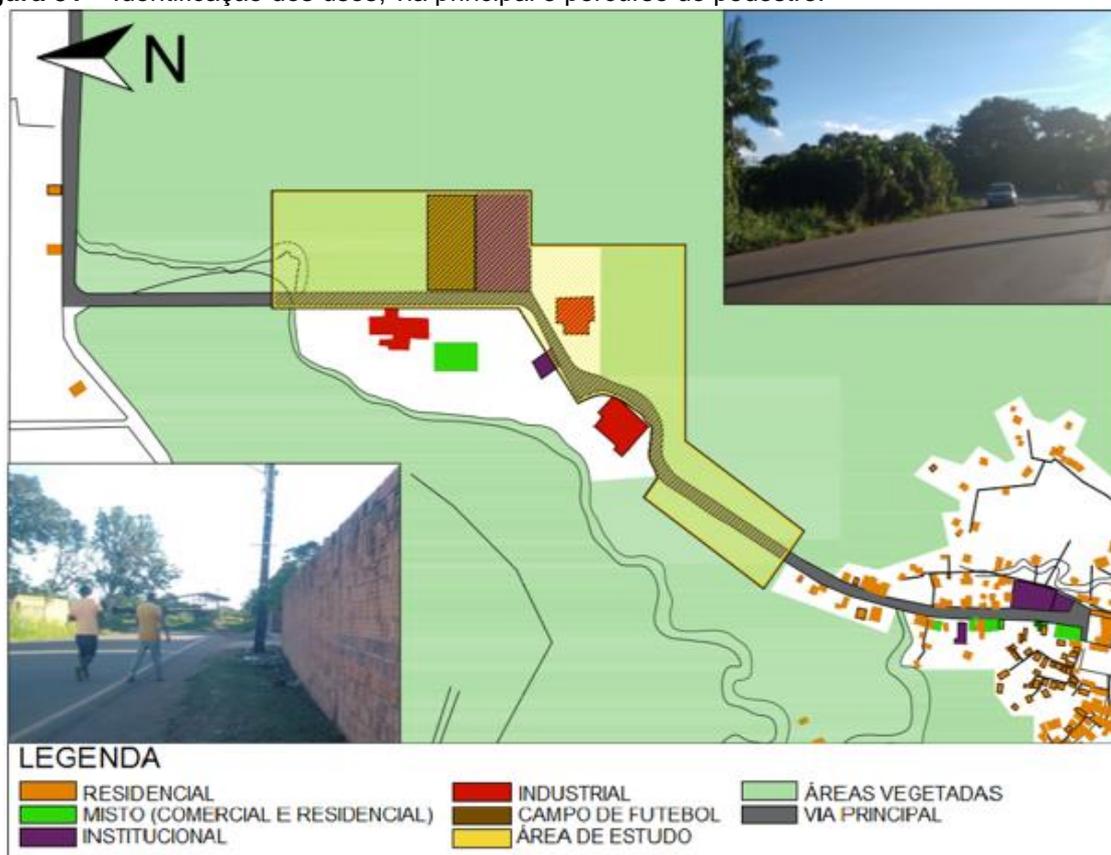
a frente mínima do terreno deve ser de 10 metros. Sendo os recuos mínimos obrigatórios de 5.0 metros de frente, 3.0 metros de fundo, com laterais de 1.5 metros e todas as laterais com 3.0 metros de recuo mínimo.

5.3 ANÁLISE IN LOCO

Após a análise do plano diretor, uma pesquisa de campo foi realizada. Na visita observou-se a dinâmica urbana do bairro, atuada por moradores, comerciantes e transeuntes locais. Fez-se necessário também um levantamento fotográfico da área de estudo e de todo o seu entorno imediato, para que se obtesse uma melhor compreensão das especificidades locais, identificando os elementos que compõe o seu espaço urbano e suas relações.

Diante disso, constatou-se que a área de estudo se situa em um bairro predominantemente residencial, em uma região extensamente preenchida por vegetação nativa, onde não se constata usos e ocupações do solo urbano antropicas. Além dos usos misto (comercial e residencial) e industrial, o bairro possui uma área desmatada utilizada como campo de futebol pelos moradores locais, para o lazer e a recreação esportiva (Figura 31).

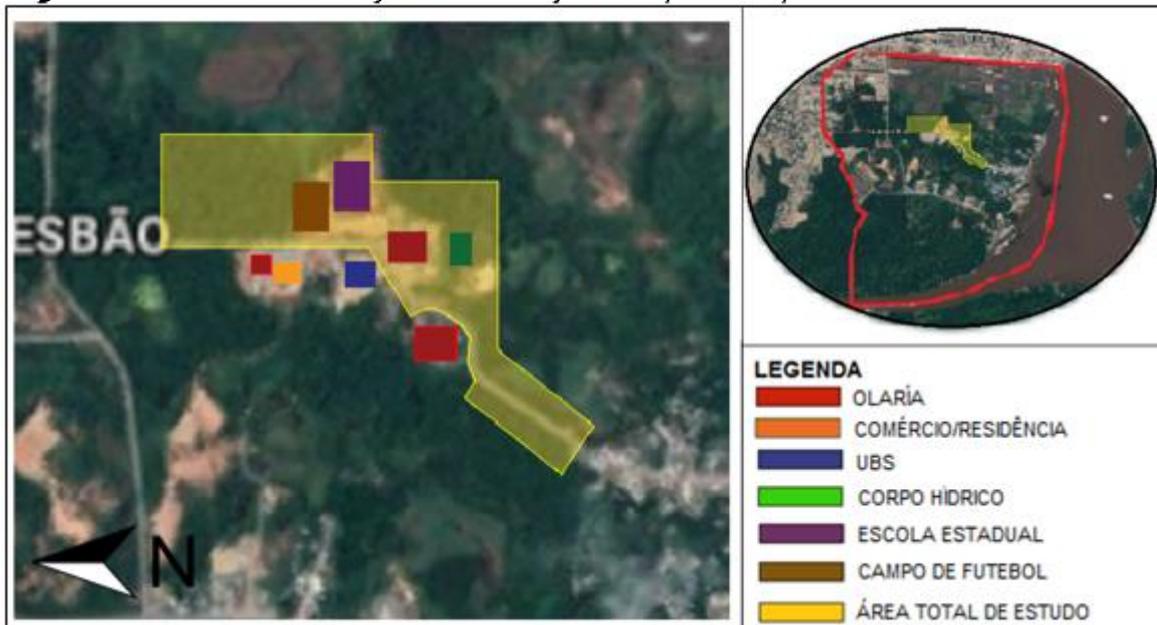
Figura 31 – Identificação dos usos, via principal e percurso do pedestre.



Fonte: Elaborado pelo autor. 2017.

Posteriormente à identificação dos usos e atividades da área de estudo e seu entorno, diagnosticou-se os pontos importantes no mapa, de acordo com a visita de campo realizada. Constatou-se portanto que a área de estudo possui uma escola estadual de grande porte, indústrias extrativistas olarias, uma unidade básica de saúde, o campo de futebol apontado no mapa anterior e ainda um corpo hídrico compondo a paisagem a área verde do lugar (Figura 32).

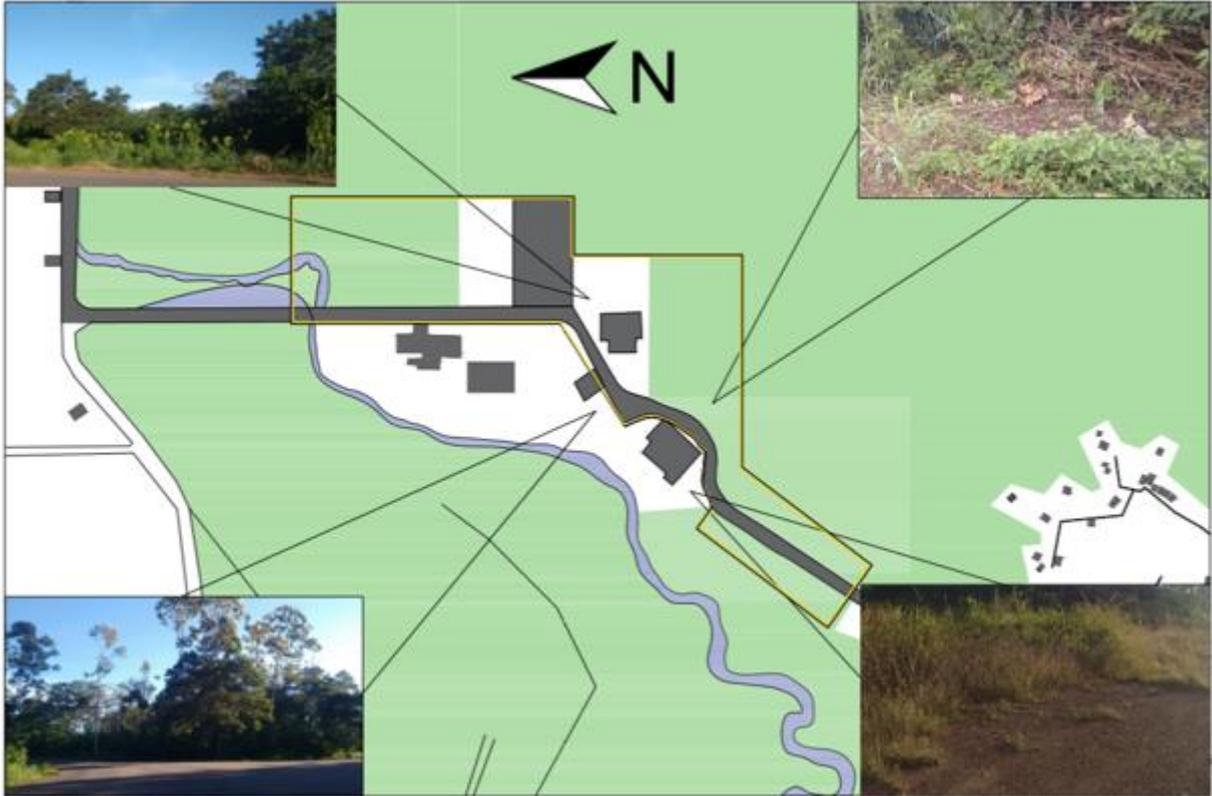
Figura 32 – Planta de localização com indicações dos pontos importantes.



Fonte: googlemaps.com – adaptado pelo autor. 2017.

Definido os pontos importantes da área de estudo, procurou-se identificar os sistemas naturais e as áreas impermeabilizadas do lugar (Figura 33). Constatando-se que o solo possui característica aparentemente arenosas nas áreas menos vegetadas, e argilosas nas áreas com vegetação mais densa. Além disso, é nítida que as áreas permeabilizadas possuem uma escala maior do que as impermeabilizadas na região. E com relação aos tipos vegetais existentes, diagnosticou-se a predominância da vegetação nativa em todo o percurso desenvolvido. Dentre as espécies observadas encontram-se o açazeiro, a castanheira e as aningas.

Figura 33 – Identificação dos sistemas naturais e áreas impermeabilizadas.



Fonte: Elaborado pelo autor. 2017.

Seguidamente, se identificou as tipologias de edificações existentes no espaço, que apesar de situarem-se um pouco afastadas da área de estudo, fazem parte do seu entorno. Sendo constatada a predominância de residências constituídas em madeira nesta região (Figura 34).

Figura 34 – Predomínio de casas de madeira no bairro Elesbão.



Fonte: Acervo próprio. 2017.

Contudo, devido ao fato de área de estudo não possuir edificações no seu entorno imediato, não foi possível registrar em 360° as “paredes” do entorno da área (Skyline), por conta da existência predominante de somente vegetação nativa onde o estudo foi aplicado. Da mesma forma que não foram identificados significativos marcos visuais ou mobiliários urbanos na região, apenas alguns elementos de informação, como placas comerciais e de localização (Figura 35).

Figura 35 – Elementos de informação no bairro Elesbão.



Fonte: Acervo próprio. 2017.

O diagnóstico também identificou os visuais de interesse e os visuais desagradáveis do lugar. Como visual de interesse se tem as áreas vegetadas e os corpos hídricos, enquanto que os visuais desagradáveis dizem respeito ao desordenamento urbano, onde não há uma malha urbana definida, com calçamento adequado e vias para os ciclistas, devendo a via de veículos compartilhar o espaço com pedestres, ciclistas e estacionamentos em seus acostamentos. Há ainda, em determinadas horas do dia, a desagradável liberação de fumaça no ar, causada pelas indústrias extrativistas olarias situadas na área de estudo (Figura 36).

Figura 36 – Ausência de calçamento e acostamento adequado no bairro.



Fonte: Acervo próprio. 2017.

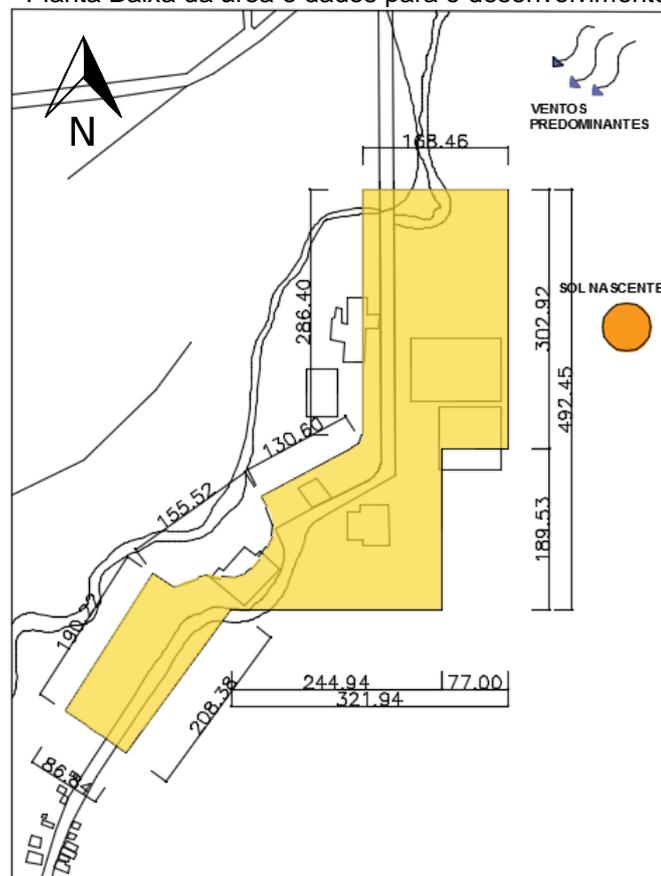
Através de análises diretas in loco, diagnosticou-se quais grupos sociais utilizarão o espaço livre público proposto, como também quais suas necessidades com relação ao espaço. Constatou-se portanto que a maioria das pessoas que irão frequentar o lugar são jovens entre 14 e 28 anos, os quais precisam de um espaço

de lazer e recreação, remetendo ao campo de futebol improvisado pela própria comunidade no local, para a prática esportiva.

Averiguou-se também que os moradores sofrem com o alto índice de criminalidade no bairro. Em relatos informais, muitos afirmaram que existem pontos de vendas de entorpecentes no local e que no período noturno a insegurança de se transitar pelas ruas é maior. Alguns, afirmaram que não frequentariam um espaço público, como uma praça, no lugar, se não existisse um posto de vigilância na área. Ademais, não foram constatados conflitos de interesse nos espaços públicos.

Após todas as análises, conclui-se que a área de estudo carece de espaços livres públicos e que a população deseja que esse tipo de espaço seja inserido no bairro onde vive. Diante disso, partiu-se então para o desenvolvimento da proposta. Fazendo-se necessário o estudo da orientação solar e a direção dos ventos predominantes ocorrentes no local. A planta baixa da local delimita o espaços a ser projetado, que conta com 109.745,90 m² de área total, identificando seu norte (apontando para cima) e as cotas que a compõe em metros (Figura 37).

Figura 37 – Planta Baixa da área e dados para o desenvolvimento do projeto.



Fonte: Elaborado pelo autor. 2017.

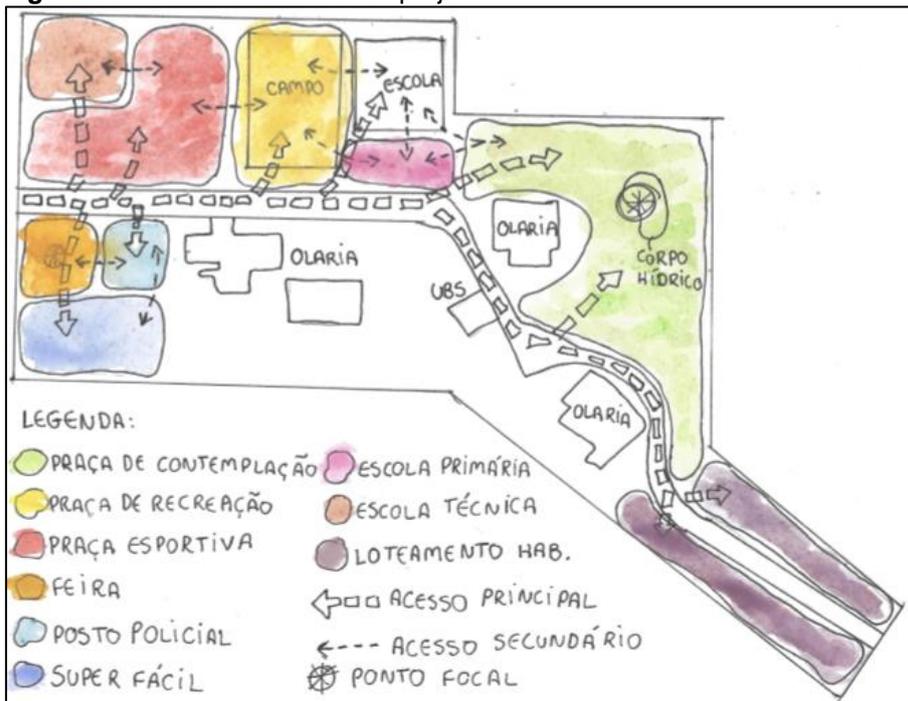
6 PLANO CONCEITUAL

O plano conceitual foi desenvolvido a partir da intenção de se ter um sistema de espaços livres que dialogasse com as necessidades locais do bairro. Buscou-se atender portanto as seguintes demandas: um parque para contemplação e convívio social que aproxima-se o homem da natureza, uma praça para prática de atividades esportivas, continuando e ampliando o que já ocorre no local, uma praça para a promoção cultural, recreativa e para o impulso na economia local.

Com anfiteatro ao ar livre para apresentações de eventos culturais, feira hortifrutigranjeira, quiosques, playgrounds destinados a recreação das crianças, pista de skate e área para caminhadas para os jovens, mesas para jogos e áreas de descanso para os idosos, afim de garantir a inclusão de todas as faixas etárias na utilização das áreas.

Além disso, introduziu-se um loteamento de habitação de interesse social para uso misto (residencial e comercial), visto que o bairro tende a sofrer uma expansão urbana com a inserção de tais equipamentos e espaços livres, uma guarita policial para assegurar os transeuntes, uma escola de ensino técnico e uma escola de ensino primário, para atender à crescente demanda de ensino escolar no bairro. Inseridos no plano conceitual com a finalidade de estabelecer equipamentos urbanos que promovessem a habitação popular, a garantia dos direitos humanos, a segurança e o ensino.

Figura 38 – Plano Conceitual do projeto



Fonte: Autoria própria. 2017.

7 PARTIDO

A partir do plano conceitual estabelecido anteriormente, o partido arquitetônico foi concebido, etapa em que o projeto passou a ganhar forma. O desenho do partido se deu pela utilização de linhas orgânicas, as quais inspiradas nas formas da natureza, combinam estritamente com o ambiente em que as praças e os equipamentos urbanos foram inseridos; um espaço natural, ainda não modificado pelo homem em sua grande parte. Diferente das formas geométricas e estáticas, as linhas orgânicas remetem ao movimento e geram sensação de aconchego ao envolver o pedestre em sua internalidade.

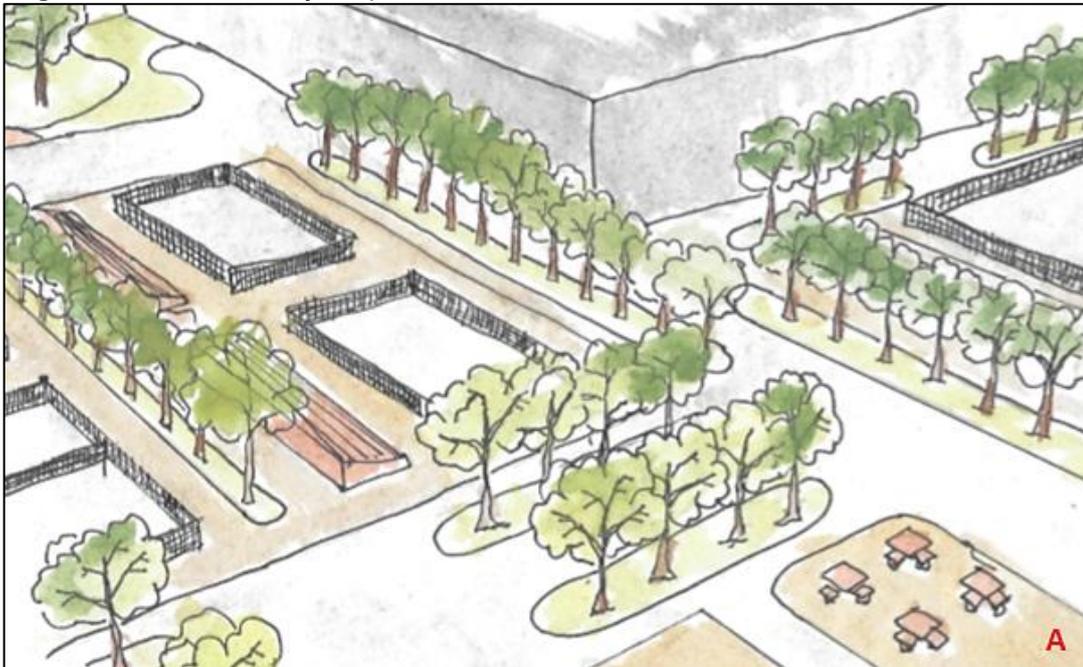
Figura 39 – Partido Arquitetônico do projeto.



Fonte: Autoria própria. 2017.

O croqui da vista A mostra uma parte da praça esportiva inserida no projeto. Composta por quadras destinadas à prática de diferentes modalidades esportivas, áreas para corrida e densa arborização para fornecer sombra aos usuários.

Figura 40 – Vista A: Praça Esportiva.



Fonte: Autoria própria. 2017.

Já o croqui da vista B esquematiza a idealização da feira hortifrutigranjeira, situada em frente ao Super Fácil e ao lado do posto policial, disposta em um desenho circular e com ponto focal ao centro.

Figura 41 – Vista B: Feira Hortifrutigranjeira.



Fonte: Autoria própria. 2017.

Enquanto que o croqui da vista C mostra como a praça de contemplação foi pensada. Com intensa arborização, pontes de madeira para o passeio dos pedestres e decks com vista para o corpo hídrico formado no centro. Um espaço destinado para o descanso e a aproximação do homem com a natureza.

Figura 42 – Vista C: Praça de Contemplação.



Fonte: Autoria própria. 2017.

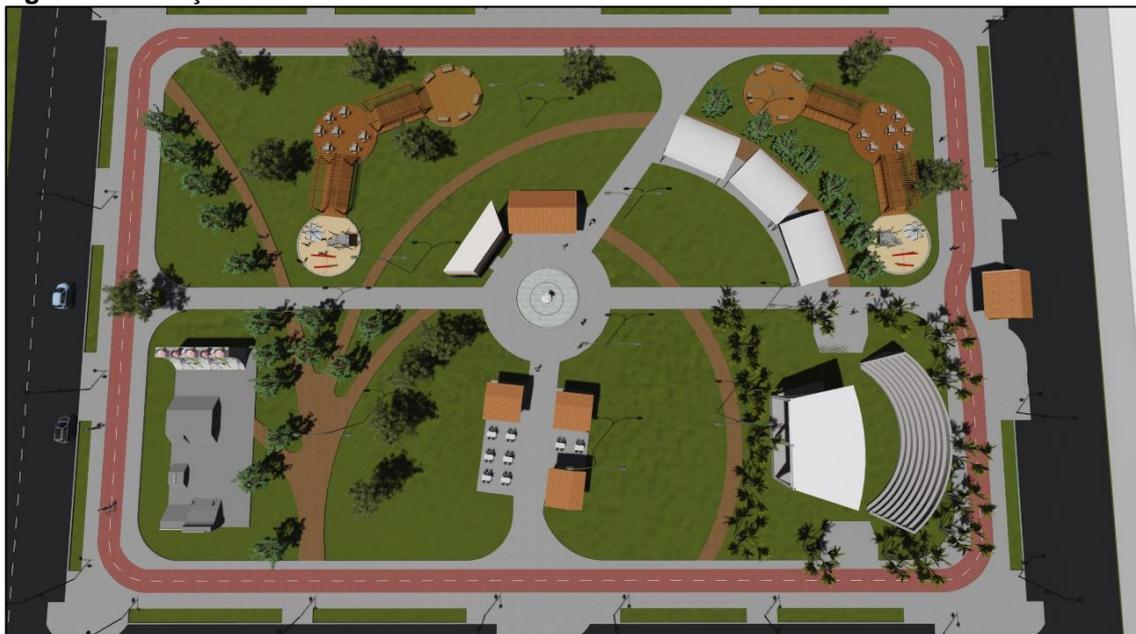
ANTEPROJETO

Concentrando uma área total de 108.660,93 m², a proposta conta com um parque para contemplação e convívio social, uma praça para prática de atividades esportivas, uma praça central, uma feira hortifrutigranjeira para o impulso na economia local. Introduziu-se também um loteamento de habitação de interesse social para uso misto (residencial e comercial), uma guarita policial para assegurar os transeuntes, uma escola de ensino técnico e uma escola de ensino primário, para atender à crescente demanda de ensino escolar no bairro.

Para proposta do projeto paisagístico, foram selecionadas espécies arbóreas para compor os espaços. Bem como selecionados os tipos de pisos para cada área do projeto, constituindo dessa forma as plantas de vegetação e de piso.

O detalhamento do projeto se direcionou para a praça central. A qual conta com anfiteatro ao ar livre para apresentações de eventos culturais, quiosques, guarita policial, bicicletário, ciclovia, ponto de ônibus, playgrounds destinados a recreação das crianças, pista de skate e área para caminhadas para os jovens, mesas para jogos e áreas de descanso para os idosos, afim de garantir a inclusão de todas as faixas etárias na utilização das áreas (Figura 43).

Figura 43 – Praça Central.



Fonte: Autoria própria. 2017.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A qualidade de vida no meio urbano é percebida através dos espaços públicos constituídos na cidade. Um bom planejamento urbano é assim referenciado, quando planeja espaços com infraestruturas de qualidade e equipamentos coletivos democráticos. Os espaços públicos livres de uma cidade, como parques, praças, bosques e ruas, são elementos de diferentes aspectos e funções, que se conectam entre si, na medida em que formam a dinâmica dos espaços livres do meio urbano, o que é chamado de sistema de espaços livres.

A função do sistema é esclarecida de acordo com o desenvolvimento local, caracterizando seus fluxos e suas dinâmicas, refletindo o espaço em que está inserido. Sendo a praça um dos itens que compõe o sistema, estabelecida no contexto como uma área que além de regular o clima (tornando-o mais amenos nos locais), aproxima o homem da natureza, promove as atividades urbanas cotidianas, como espaço de passagem, incentivador das práticas de atividades físicas, lugar do passeio, da interação social.

A análise de outros projetos de praças trouxe inspiração para compor uma nova proposta. Espaços que incluíram a permanência de características naturais no ambiente da praça, a prática gratuita e democrática do esporte, o conforto térmico, ambientes acolhedores e seguros, espaços capazes de serem utilizados por diferentes públicos, a sustentabilidade, a valorização da arborização e espaços pensados para que as pessoas interajam com a paisagem.

Projetar praças e equipamentos urbanos para o bairro Elesbão se faz importante, na medida em que a elevação da impermeabilização do solo e o aumento da concentração populacional no meio urbano, resulta em carência de áreas livres para lazer, convívio e circulação. Fato que ocasiona uma baixa qualidade de vida da população. Ter um sistema de espaços livres públicos no bairro se faz essencial, por melhorar a qualidade do espaço urbano, constituindo uma boa paisagem, forma, imagem, história e memória.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BUCCHERI FILHO, A. T. **O planejamento dos espaços de uso público, livres de edificação e com vegetação no município de Curitiba, PR: planejamento sistemático ou planejamento baseado em um modelo oportunista?** Tese de Doutorado, Setor de Ciências da Terra, Universidade Federal do Paraná, 2010.

CALDEIRA, Junia. Marques. **A praça Brasileira: trajetória de um espaço urbano - origem e modernidade.** Tese de Doutorado em História, I.F.C.H., Universidade Estadual de Campinas, [S.l.], 2007.

CALDEIRA, T. **Cidade de muros: crime, segregação e cidadania em São Paulo.** São Paulo: Ed. 34 / EDUSP, 2000.

CARLOS, A. F. Alessandri. **O homem e a cidade. A cidade e o cidadão. De quem é o solo urbano?** São Paulo, Contexto, 1994.

CASÉ, P. **A Cidade Desvendada: Reflexões e polêmicas sobre o espaço urbano, seus mistérios e fascínios.** Rio de Janeiro: Ediouro, 2000.

CUSTÓDIO, V.; MACEDO, S.; et al. **Espaços livres públicos nas cidades brasileiras.** Revista Geográfica de América Latina, Número especial EGAL, 1-31, 2011.

CUSTÓDIO, V.; MACEDO, S.; et al. **Os sistemas de espaços livres da cidade contemporânea brasileira e a esfera de vida pública: considerações preliminares.** Artigo In: Encontro de Geógrafos de América Latina, 12º, Anais do XII EGAL, Universidade da República, Montevideo, 2009.

D'AGOSTINI, L. R.; CUNHA, A. P. P. **Ambiente.** Rio de Janeiro: EDUERJ, 2007.

FORMAN, Richard. **Land Mosaics: The Ecology of Landscape and Regions.** Cambridge, Cambridge University Press, 1995. In: Tardin, Raquel. **Espaços livres: Sistema e Projeto Territorial.** Rio de Janeiro: Editora 7 Letras, 2008.

GOMES, M. A. S. **De Largo a Jardim: praças públicas no Brasil, algumas aproximações.** Estudos Geográficos, Rio Claro, v. 5, n. 1, p. 101-120, 2007.

GOMES, Paulo Cesar da Costa. **A condição urbana: Ensaio de geopolítica da cidade.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.

HIJIOKA, A.; QUEIROGA, E. et al. **Espaços livres e espacialidades da esfera de vida pública: uma proposição conceitual para o estudo de sistemas de espaços livres urbanos no país.** Paisagem Ambiente: ensaios - n. 23 - São Paulo - p. 116 – 123, 2007.

KLIASS, Rosa; MAGNOLI, Miranda. **Áreas Verdes de Recreação.** Paisagem Ambiente: ensaios - n. 21 - São Paulo - p. 245 – 256, 2006.

LEFEBVRE, Henri. **Espacio y política.** Barcelona: Península, 1976.

LONDE, P. R., MENDONÇA, M. G. **Espaços livres públicos: relações entre meio ambiente, função social e mobilidade urbana.** Caminhos de Geografia, v. 15, n. 49, 2014.

MACEDO, S. S.; ROBBA, F. **Praças brasileiras.** São Paulo: Edusp, 2002.

MAGNOLI, Miranda M. E. M. **Espaços livres e urbanização: Uma introdução a aspectos da paisagem metropolitana.** Tese de Livre-docência, FAUUSP, São Paulo, 1982.

MAGNOLI, Miranda M. E. M. **Espaço livre – Objeto de trabalho.** Paisagem e Ambiente: Ensaio, São Paulo: FAUUSP, n. 21, p. 177-200, 2006.

MAGNOLI, Miranda M. E. M. **Em busca de outros espaços livres de edificação.** Paisagem e Ambiente: Ensaio, São Paulo: FAUUSP, n. 21, p. 143-173, 2006.

MENEGUETTI, K.; REGO, R.; BELOTO, G. **Maringá – a paisagem urbana e o sistema de Espaços livres**. Paisagem Ambiente: Ensaios, n. 26, São Paulo, p. 29-50, 2009.

MENNEH, Márcia Halluli. **O sistema de espaços livres públicos da cidade de São Paulo**. Tese de doutorado, FAUUSP, São Paulo, 2002.

MORIN, Edgard. **Introdução ao pensamento complexo**. Lisboa: Divisão Editorial Instituto Piaget, 2. ed., 1990.

OLIVEIRA, L. A.; MASCARÓ, J. J. **Análise da qualidade de vida urbana sob a ótica dos espaços públicos de lazer**. In: Ambiente Construído, Porto Alegre, v. 7, n. 2, p.59-69, abr./jun. 2007.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTANA. **Plano diretor participativo de Santana PDPS**. Santana. 2006

QUEIROGA, Eugênio Fernandes. **Sistemas de espaços livres e esfera pública em metrópoles brasileiras**. RESGATE, vol. 19, n. 21, p. 25-35 – 2011.

RÊGO, A. Q.; SCHLEE, M. B.; NUNES, M. J.; et at. **Sistema de Espaços Livres nas Cidades Brasileiras – Um Debate conceitual**. In Revista Paisagem e Ambiente - Ensaios no. 26. São Paulo: FAU-USP, 2009. ISSN 1517-2422.

ROMERO, M.A.B. **A arquitetura bioclimática do espaço público**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2001.

RYKWERT, J. **A sedução do lugar: a história e o futuro da cidade**. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

SERPA, A. **Espaço público e acessibilidade: notas para uma abordagem geográfica**. Revista GEOUSP – Espaço e Tempo, São Paulo, n.15, p.21-37, 2004.

SERPA, A. **Parque público e valorização imobiliária nas cidades contemporâneas: Tendências recentes na França e no Brasil.** In: Encontro Nacional da ANPUR: Encruzilhadas do Planejamento - Repensando Teorias e Práticas. Anais, ANPUR/UFMG, Belo Horizonte, 2003.

TÂNGARI, V.; SCHLEE, M.; NUNES, M.; et al. **Sistema de espaços livres nas cidades brasileiras – um debate conceitual.** Paisagem Ambiente: ensaios, n. 26, São Paulo, p. 225-247, 2009.

TARDIN, Raquel. **Espaços Livres: Sistema e Projeto Territorial.** Rio de Janeiro: Editora 7 Letras, 2008.

TOSTES. José Alberto. **Além da linha do horizonte.** Sal da Terra Editora. João Pessoa. 2012.

TOSTES. José Alberto. **O planejamento Urbano na Amazônia.** Artigo. 2011. Disponível em: <<https://josealbertostes.blogspot.com.br/2011/12/o-planejamento-urbano-na-amazonia.html?q=ocupa%C3%A7%C3%A3o+desordenada>>, acesso em: 05 de jul. 2017.